



ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO JOSÉ

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

2021-2024

São José do Hortêncio

2021

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	4
2 IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA	5
3 ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO	5
4 COMUNIDADE ESCOLAR	6
5 HISTÓRICO DA ESCOLA SÃO JOSÉ	7
6 ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA	8
7 ORGANIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR E EQUIPE DE TRABALHO	9
8 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES (APM)	9
9 CONSELHO ESCOLAR	10
10 MARCO REFERENCIAL	10
11 CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS DA ESCOLA	13
12 CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS DA ESCOLA	14
12.1 SER HUMANO	14
12.2 EDUCAÇÃO	15
12.2.1 Educação Integral	16
12.2.2 Educação Inclusiva	17
12.2.2.1 Atendimento Educacional Especializado	18
12.2.2.2 Reforço Escolar Especializado	19
12.2.3 Educação em Direitos Humanos	21
12.2.4 Educação das Relações Étnicas Raciais e Indígenas	22
12.3 CONCEITO DE CRIANÇA E INFÂNCIA	24
12.4 APRENDIZAGEM	25
12.5 CURRÍCULO	26
12.5.1 Currículo Educação Infantil	27
12.5.2 Currículo Ensino Fundamental	31
12.5.2.1 Área de Linguagens	31
12.5.2.1.1 <i>Língua Portuguesa</i>	32
12.5.2.1.2 <i>Língua Inglesa</i>	35
12.5.2.1.3 <i>Língua Alemã</i>	36
12.5.2.1.4 <i>Educação Física</i>	36
12.5.2.1.5 <i>Arte</i>	37

12.5.2.2 Área da Matemática	38
12.5.2.2.1 <i>Matemática</i>	40
12.5.2.3 Área de Ciências Humanas	42
12.5.2.3.1 <i>História</i>	44
12.5.2.3.2 <i>Geografia</i>	45
12.5.2.4 Área das Ciências da Natureza	46
12.5.2.4.1 <i>Ciências</i>	46
12.5.2.4.2 <i>Iniciação Científica</i>	47
12.5.2.5 Área de Ensino Religioso	49
12.5.2.5.1 <i>Ensino Religioso</i>	50
12.6 COMPETÊNCIAS GERAIS	50
12.7 INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE	52
12.8 CIÊNCIA E TECNOLOGIA APLICADAS À EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI	53
12.9 AÇÃO PEDAGÓGICA	54
12.10 CONSELHO DE CLASSE	55
12.11 AVALIAÇÃO	56
12.12 CLASSE DE ACELERAÇÃO	58
12.13 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	59
13 DIAGNÓSTICO	60
14 PLANO DE AÇÃO	63
REFERÊNCIAS	68

1 APRESENTAÇÃO

A Proposta Pedagógica da Escola Municipal de Ensino Fundamental São José, de São José do Hortêncio, foi construída coletivamente entre equipe diretiva, professores, coordenadora pedagógica, Secretaria de Educação, profissionais da área da educação e famílias dos respectivos alunos, levando em consideração a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Referencial Curricular Gaúcho (RCG) e o Documento Orientador do Município de São José do Hortêncio. A proposta apresenta as concepções que envolvem a educação e o processo de ensino e aprendizagem, considerando a realidade local da escola e suas características.

O processo de elaboração da Proposta Pedagógica da escola aconteceu de forma democrática, em diversas formações, encontros e discussões entre os diferentes segmentos envolvidos. Tudo isso ocorreu para que este documento levasse em consideração a identidade da escola, resgatando valores e princípios da comunidade local.

Portanto, este documento norteia ações do grupo de professores, pais, alunos, coordenação pedagógica, direção e funcionários na busca de ressignificar as finalidades e os objetivos da escola. Ele aborda concepções como ser humano, educação, criança e infância, aprendizagem, currículo, competências gerais, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, ação pedagógica, avaliação, entre outras. Aponta também as pretensões do grupo em termos de educação e reúne as propostas de ações concretas no intuito de alcançar os objetivos que levarão à transformação da escola e da sociedade.

Ainda está especificada neste documento, a organização curricular e metodológica, o processo de decisão, o qual vê a escola como espaço social em que interagem as manifestações de todos os sujeitos, o sistema de avaliação.

O Projeto Pedagógico é a identidade de uma escola, o qual estabelece as diretrizes básicas, a linha de ensino e de atuação na comunidade. Ele formaliza um compromisso assumido por professores, funcionários, estagiários, alunos e pais e, somente elaborado coletivamente, ele ganhará vida.

A construção deste Projeto Pedagógico, por ser um documento de gestão democrática, será objeto de permanente reflexão coletiva no que se refere aos princípios e valores que fundamentam as finalidades da Escola quanto a sua estrutura organizacional, as relações entre a comunidade escolar, à organização administrativa e pedagógica, os procedimentos didáticos, as estratégias de avaliação e as atividades culturais.

Assim, para a realização de todo trabalho pedagógico, é importante a utilização de metodologias diversificadas e pela interdisciplinaridade para o processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, o Projeto Pedagógico apresenta uma organização curricular a ser trabalhada de forma flexível e variada, visando a uma aprendizagem significativa, com vistas ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

2 IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental São José é uma instituição de ensino de Ensino Fundamental, criada por meio do Decreto de Criação nº 16/98 de 2 de setembro de 1998, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SMECD). Está localizada na Rua 58, no município de São José do Hortêncio. A escola é mantida pela Prefeitura Municipal de São José do Hortêncio.

3 ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO

São José do Hortêncio é um município pertencente à região do Vale do Rio Caí, distante 60 Km de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Faz divisa com Linha Nova, Portão, Feliz, São Sebastião do Caí, Presidente Lucena e Lindolfo Collor.

Sua população é de 4.865 habitantes, conforme dados do Censo de 2020 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O nome de São José do Hortêncio provém do nome São José em homenagem ao padroeiro da Igreja Católica e Hortêncio em homenagem a Hortêncio Leite, um luso que tinha terras localizadas na via de acesso à localidade.

De acordo com dados encontrados, em 1826 formou-se o primeiro núcleo de moradores, com a vinda de imigrantes alemães.

O município de São José do Hortêncio valoriza muito os costumes e as tradições dos antepassados. As tradicionais festas de Kerb, bailes, grupos de Danças, Corais e Orquestra são algumas das formas de demonstração desses costumes e tradições. A Festa Municipal do Aipim, que acontece a cada dois anos, é a festa tradicional do município.

O município faz parte da "velha colônia" alemã, e surgiu a partir da "interiorização" do processo de colonização alemã, iniciada na Feitoria do Linho Cânhamo, em São Leopoldo, em 25 de julho de 1824. Em 1826, com a vinda das primeiras levas de imigrantes alemães, foi formado o primeiro núcleo de moradores. Esses imigrantes se estabeleceram e começaram a

trabalhar a terra, cultivando-a e extraindo dela sua subsistência, o que fez a localidade se desenvolver com o passar dos anos.

Até 1988, o município fazia parte de São Sebastião do Caí. O município de São José do Hortêncio foi criado pela Lei Estadual nº 8576 de 29 de abril de 1988.

O município está localizado na microrregião de Montenegro, no estado do Rio Grande do Sul. Sua Localização privilegiada se deve ao fato do município estar localizado no Vale do Caí, entre a Região Metropolitana de Porto Alegre e a Serra Gaúcha, que juntas formam o pólo econômico do estado. Faz parte do Conselho Regional de Desenvolvimento Vale do Caí (Corede Vale do Caí).

4 COMUNIDADE ESCOLAR

A comunidade escolar é formada por famílias, que na sua maioria, possui Ensino Médio completo, sendo alguns o Ensino Fundamental Incompleto. As famílias possuem em geral de três a quatro integrantes e moram em casa própria.

De acordo com pesquisa realizada, a principal fonte de renda das famílias vem da agricultura, indústria, comércio, construção civil e autônoma. A renda das famílias em média é de dois a três salários-mínimos.

As famílias, na sua maioria, afirmam valorizar a educação dessa forma possuindo um bom relacionamento com a escola, desejando que as crianças evoluam no processo de ensino aprendizagem, assim, acompanhando as atividades escolares dos filhos, ajudando e incentivando os filhos a manterem bons hábitos de estudos, como saber ouvir, questionar e ser responsável.

Algo muito positivo, considerando o momento atual da pandemia, é que a maioria das famílias possui acesso à internet, tendo como meio de comunicação mais utilizado a internet, redes sociais, televisão entre outros. Assim como a grande maioria dos alunos possuem acesso ao uso do computador, proporcionando dessa maneira a busca por informações necessárias que facilitam a conexão com a escola, na construção das múltiplas aprendizagens de seus filhos.

Dessa forma, é possível afirmar que a maioria das famílias encontra-se bem engajada com as propostas educacionais, mostrando-se empenhadas pela gradativa evolução de seus filhos como um todo.

Por isso, as famílias sugerem que as crianças estejam envolvidas em atividades educacionais em turno integral, como, por exemplo, oficinas para estimular habilidades artísticas e culturais.

Conhecer, compreender e dialogar com a família a que o educando pertence é ter a certeza de que a Escola está seguindo no caminho certo.

5 HISTÓRICO DA ESCOLA SÃO JOSÉ

A Escola Municipal de Ensino Fundamental São José iniciou suas atividades em 1994, nas dependências do prédio da antiga Escola Paroquial. O corpo docente era formado pelas professoras Hildegard Scholl (diretora), Maria Elena Engeroff e Noeli Laci Bender Puhl. A escola atendia turmas de Educação Infantil de Nível A e B. Em 1995, ampliou-se para a 1ª série e assim sucessivamente nos anos posteriores até a implantação da 4ª série. Em 2000, foi implantada a 5ª série e em 2001 a 6ª série. A partir de 2003 foram implantadas as demais séries finais do ensino fundamental. No dia 20 de dezembro de 1995, aniversário do Município, inaugurou-se o novo prédio da escola, na Rua 58. A escola denominava-se Escola Municipal de 1º Grau Incompleto São José. De 1996 a 1998, a professora Claudete Kerber assumiu a direção da escola e de 1998 a 2000, a professora Helen Krummenauer. Em 1998, a escola foi regularizada e passou a ser denominada Escola Municipal de Ensino Fundamental São José. Posteriormente, a escola passou por novas edificações, sendo hoje a maior escola edificada do município. De 2001 a 2004, assumiu a direção a professora Elis Adriana Ludvig. Em 2005, o cargo de direção esteve ocupado pela professora Maria Elena Heck Engeroff. Em 2009, a professora Helen Krummenauer Engeroff esteve à frente da direção.

No ano de 2012, aos cinco dias do mês de abril, foi criada a primeira Cooperativa Escolar, sendo seus integrantes alunos das turmas de Anos Finais, denominada COOEMEF São José. Esta cooperativa escolar tem como objetivo auxiliar/orientar e colaborar com as atividades das cooperativas escolares da região. Os produtos comercializados pela COOEMEF São José são: sachês perfumados e morango com chocolate que são vendidos em eventos da comunidade escolar.

Já no ano de 2013 a 2016, o professor Ricardo José Spaniol esteve à frente da equipe diretiva. Em 2013, ocorreu a formatura da última turma de 8ª Série, do Ensino Fundamental de 8 Anos e em 2014, aconteceu a formatura da primeira turma de 9º Ano, do Ensino Fundamental de 9 Anos. Neste período, também houve a climatização de todos os ambientes da escola, com exceção da biblioteca e do refeitório. No primeiro semestre de 2015, foram

instalados equipamentos multimídia em duas salas de aula, com o objetivo de abranger a todas até o final de 2016. Nesse período, iniciou-se uma nova etapa da ampliação predial.

No início do ano letivo de 2017 a professora Tatiani Mohr assumiu a direção da escola e as professoras Simone Elisa Koch e Deise Luiza Trein Koch à frente da vice direção. Com a ampliação predial realizada em 2016, houve a mudança da sala da direção, secretaria e sala dos professores ao final do ano de 2018. Esta mudança foi de extrema importância para a qualificação do trabalho pedagógico realizado na instituição escolar. Neste ano também ocorreu a implantação do turno integral para os estudantes da Educação Infantil.

No ano de 2021, assumiu a direção da escola a professora Cláudia Maria Dill, juntamente com a professora Aline Brückmann como vice-diretora e o professor Laércio Follmer, vice-diretor.

6 ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA

Na Escola São José, o espaço físico é composto por um ginásio poliesportivo, campinho de areia, pracinha com brinquedos imóveis para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, escovódromo para higiene bucal, sala de isolamento para uso durante a pandemia, banheiro adaptado para uso específico da educação Infantil, três banheiros femininos, sendo um adaptado para estudantes com necessidades especiais de locomoção, três banheiros masculinos, sendo um adaptado para os estudantes com necessidades especiais de locomoção, biblioteca, sala de recursos multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, sala de atendimento para o reforço especializado, sala de Informática, refeitório, cozinha, espaço de lavanderia, dois depósitos para produtos de limpeza, almoxarifado com materiais escolares, depósito para materiais diversos, sala de professores, sala de planejamento, dois banheiros para uso dos professores, secretaria, sala da direção, brinquedoteca, catorze salas de aula e o pátio externo. O pátio externo central da escola possui mesas e bancos e um pequeno jardim com gramado na entrada principal da escola. A escola é cercada com telas e possui cinco portões de acesso, sendo que o portão principal possui acionamento eletrônico. A escola conta ainda com sistema de monitoramento de câmeras, as quais estão posicionadas nas estradas principais da escola.

7 ORGANIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR E EQUIPE DE TRABALHO

A Escola São José atende estudantes no turno da manhã e da tarde, desde a educação infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental, num total de vinte turmas atualmente. Com um total de trezentos e trinta e três alunos, sendo quarenta e dois na educação infantil, cento e setenta nos anos iniciais e cento e vinte um nos anos finais.

A equipe de trabalho é composta por trinta e três professores, quatro monitores, um supervisor escolar, dois vice-diretores, uma diretora, uma secretária de escola e cinco serventes.

8 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES (APM)

A associação tem como objetivo integrar a comunidade, o poder público, a escola e a família, buscando o desempenho mais eficiente e autossustentável do processo educativo. É constituída por pais (pai e/ou mãe) de alunos ou responsáveis por alunos, professores e outros elementos da comunidade, interessados em apoiar o educando.

São membros da associação: diretor da escola, sendo membro nato, o presidente (pai ou responsável do estudante), o vice-presidente (pai ou responsável do estudante), o secretário, (sendo um professor), o vice-secretário (podendo ser um professor, pai ou responsável pelo estudante), o tesoureiro (pai ou responsável pelo estudante ou professor), o vice-tesoureiro (pai de aluno ou responsável pelo estudante), o conselho fiscal (sendo três a cinco pais ou responsáveis pelos estudantes) e suplentes do conselho fiscal (sendo três a cinco pais ou responsáveis pelos estudantes).

São fins da associação: proporcionar a participação da família na escola e da escola na comunidade, conforme a legislação vigente; atuar como elemento de auxílio e complementação da administração escolar; prover mediante contribuição social e promoções diversas, os recursos necessários à complementação do funcionamento da Escola; colaborar na conservação e recuperação normal do prédio e equipamentos da escola; prestar serviços à escola em benefício dos alunos ou do processo educacional; promover o aperfeiçoamento da formação sociocultural, educacional e desportiva dos seus integrantes; estimular a transformação da escola em centro de integração e desenvolvimento comunitário; representar os interesses dos associados perante as autoridades constituídas, buscando entre outras

questões a melhoria das condições físicas da escola, dos seus recursos humanos e técnico-pedagógicos.

9 CONSELHO ESCOLAR

Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza consultiva, deliberativa, propositiva e fiscalizadora acerca da organização e da realização do trabalho pedagógico e administrativo da escola, em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da Secretaria de Educação e Cultura, observando a Constituição, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar.

Cada Conselho Escolar de acordo com o princípio da representatividade será integrado por: um, dois ou três pais ou responsáveis legais; um ou dois alunos; um, dois ou três membros do magistério, um e dois funcionários e o diretor da escola.

10 MARCO REFERENCIAL

Para elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) foram enviadas às famílias, professores e demais funcionários da escola questionários em formato virtual, apresentando perguntas básicas sobre o trabalho desenvolvido na instituição. Através desses questionários proporcionou-se um dos momentos mais importantes na construção do projeto, pois é através dele que fazemos uma profunda análise da situação atual da escola, observando-se todas as suas dimensões: infraestrutura física, corpo docente, trabalho pedagógico, gestão, comunidade, qualidade da educação, etc.

Ao analisar os questionários respondidos pelas famílias percebeu-se que o Ensino Remoto foi algo que marcou muito as famílias e estudantes. Quando questionados sobre quais as expectativas da família em relação à escola, os pais colocam com grande entusiasmo o retorno das aulas de forma presencial, mas que haja toda a segurança e acolhida que os filhos merecem, de forma a desenvolver suas habilidades, consolidando as suas aprendizagens. Esperam também que a escola continue sendo um lugar acolhedor, cativante, prazeroso, de escuta, comunicação, diálogo e que as propostas continuem diversificadas e de qualidade para a aprendizagem dos estudantes.

A maioria dos pais acompanha de forma participativa a vida escolar dos filhos através da participação das reuniões, eventos, promoções, dialogando com os professores e direção quando necessário, além de acompanhar as atividades diariamente, auxiliando nas tarefas,

incentivando a manter os bons hábitos de estudo, como saber ouvir, questionar e ser responsável.

No que diz respeito às propostas de atividades que a escola oferece, a maioria dos pais compreende que as atividades são muito boas, bem elaboradas, educativas, correspondentes à faixa etária dos estudantes. Dentro do contexto do ensino remoto em que vivenciamos, os pais relatam que algumas atividades exigiram muito a participação e auxílio das famílias, o que dificultou um pouco a sua realização devido à necessidade de a família estar trabalhando.

Quando perguntados sobre o espaço físico da escola, a maioria percebe a escola com um bom espaço físico, com salas amplas e bem arejadas, com espaço para os estudantes brincarem. Para alguns, sempre há o que melhorar principalmente em relação aos dias de chuva, sendo que a escola não possui área coberta para os alunos circularem no intervalo e também na sua chegada à escola. Para alguns, a área externa poderia ser mais atrativa e maior, principalmente para as crianças menores.

Finalizando o questionário proposto aos pais, foram solicitadas sugestões com pontos a melhorar e muitas famílias propõe que a escola continue se empenhando cada vez mais para melhorar gradativamente o aprendizado dos estudantes, propondo ainda que se invista mais em projetos no turno integral tanto para os estudantes menores quanto maiores, com oficinas de culinária, agricultura, arte, dança, teatro, ressaltando, ainda, a retomada das aulas presenciais.

Ao analisar os questionários dos professores e demais profissionais da escola obtivemos um número significativo de respostas. Os profissionais foram questionados sobre qual a visão da escola e relataram que a escola é um ambiente acolhedor, agradável, organizado, um espaço de aprendizado e bem-estar. Uma escola que possui uma boa estrutura, com excelentes profissionais, comprometidos com a educação e engajados com o processo de ensino aprendizagem e a formação integral do estudante. Um espaço que tem por objetivo promover não somente a aprendizagem de conteúdos, mas também um espaço de vivências e trocas entre toda a comunidade escolar. Quanto ao relacionamento com os colegas, relataram que de maneira geral a equipe é muito boa, com respeito mútuo e com um ambiente harmonioso. Para alguns, ainda percebe-se uma divisão no grupo, devido ao grupo ser bem amplo e pela afinidade entre alguns profissionais, o que acaba comprometendo o bom relacionamento entre todos.

Quanto à participação e o envolvimento da família na escola, ressaltam que a maioria é comprometida e participativa, ainda tendo algumas um pouco distantes. A relação entre família e escola é de extrema importância e essencial, uma parceria que precisa acontecer por

ambas as partes para que obtenham êxito e que o ensino se torne ainda mais qualitativo. O resgate dessas relações é indispensável para que a escola recupere sua credibilidade como referência em educação e resgatar sua importância perante os estudantes.

Questionados sobre qual a função em que a escola deve desempenhar na sociedade, acredita-se que a escola deve oferecer um espaço de aprendizagem e conhecimento além de transmitir conhecimento, levando em conta as especificidades de cada um, preparando os estudantes para um bom convívio em sociedade, respeitando a todos, desenvolvendo competências e habilidades básicas necessárias para a compreensão do mundo a sua volta. Além de promover a socialização e a convivência a fim de lidar com as diferenças e reforçar valores éticos.

Considerando a metodologia de trabalho mais adequada adotada pela escola, os profissionais consideram ser importante integrar metodologias ativas e o ensino tradicional, sendo flexível de acordo com as características dos estudantes, do conteúdo em questão e do andamento do processo de ensino-aprendizagem, explorando todas as ferramentas pedagógicas que a escola oferece. Pautar o trabalho pedagógico em situações problema, estudo de caso, investigação e resolução de problemas. Ainda acredita-se que na Educação Infantil e Anos Iniciais a metodologia adequada seria através de projetos, considerando o interesse do estudante adequando-o ao currículo e dia a dia de trabalho pedagógico. O grupo considera que essas metodologias são ferramentas novas e positivas no planejamento diário. Os profissionais costumam integrar um pouco de cada uma em seu planejamento, tornando-o flexível e adequado a turma, estudantes e contexto, tornando o planejamento interdisciplinar.

Perguntados sobre qual a maior dificuldade encontrada no cotidiano escolar, relatam que neste momento a maior dificuldade é como lidar com os diferentes níveis de aprendizagem dos estudantes, o desinteresse por eles em relação ao aprendizado e como motivá-los para que retomem gosto em aprender. Outro aspecto é engajar alguns alunos de inclusão de forma pedagógica e podendo prestar a eles um atendimento e ensino de qualidade.

Quando questionados sobre o que se espera da equipe diretiva, propõem que a equipe diretiva precisa ser comprometida, acolhedora, compreensiva, transparente, flexível. A direção da escola deve, literalmente, mostrar a direção do trabalho a ser desenvolvido, honrar o PPP da escola, fazer cumprir as leis que norteiam a educação, trabalhar pela qualidade da ação pedagógica, pelo aproveitamento qualitativo do corpo discente e pela elevação dos índices educacionais, além de manter um relacionamento proativo e de diálogo com a comunidade escolar, buscando sempre estabelecer relações saudáveis e que agreguem valores éticos e morais.

Levando em consideração as reuniões pedagógicas que ocorrem semanalmente, os professores esperam que esses encontros sejam momentos onde possam ser discutidos assuntos relacionados à prática docente que possam ser utilizados na sua jornada diária, sendo alguns encontros divididos por áreas de conhecimento, faixa etária e com trocas e diálogos entre os demais professores. Momentos estes em que também possam discutir as suas angústias diante do dia a dia na sala de aula.

Ainda indagados sobre as expectativas para os próximos anos na área educacional, os profissionais têm a expectativa de ampliar os seus conhecimentos, que a educação evolua a cada dia enquanto grupo e comunidade escolar, transformando os estudantes e também os profissionais em pessoas cada vez melhores, sempre levando em consideração o comprometimento, empatia e diálogo. Acreditam que em razão do ensino remoto, existam vários desafios e incertezas pela frente, os quais certamente exigirão muita paciência e habilidade para transpor os obstáculos superando assim as defasagens e lacunas acarretadas pelo período de ensino remoto. Referente a temáticas que consideram importantes na construção de novos conhecimentos, acreditam que seja necessário o estudo de técnicas para deixar as aulas mais dinâmicas e práticas, ferramentas digitais que consigam alcançar um maior número de alunos na realidade do ensino híbrido, que vem sendo um grande desafio na atualidade das escolas. Além disso, temáticas que possam desenvolver encontros sobre inclusão, alfabetização e pedagogia de projetos.

11 CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS DA ESCOLA

No sentido de expressar uma educação possível, desejável e idealizada para um projeto de sociedade e de cidadania, descrevemos a seguir as concepções filosóficas de filosofia, missão, visão, princípios e valores.

a) Filosofia

A escola acredita na qualidade do ensino através de uma educação igualitária e justa, valorizando o ser humano na sua individualidade. Além disso, a escola aposta em uma educação voltada para a cidadania que ressalta a participação ativa da comunidade, a solidariedade, o respeito e o comprometimento.

A escola busca repensar constantemente as práticas docentes e promover um vínculo forte e duradouro com as crianças. Desse modo, a escola enfatiza a valorização do ensino, promovendo a autonomia, a liderança, a responsabilidade, o diálogo, o pensamento reflexivo-crítico para que as crianças se tornem pessoas cidadãs.

b) Missão

Promover a cidadania através do ensino de qualidade, no qual o sujeito se torna protagonista nas suas ações, respeitando sua individualidade e enfatizando um ambiente acolhedor e comprometido com a formação.

c) Visão

Tornar-se uma escola de excelência na educação, promovendo a autonomia, a liderança, a responsabilidade, o diálogo, o pensamento reflexivo-crítico e promovendo o desenvolvimento socioemocional e cognitivo do sujeito, buscando torná-lo participativo dentro da sociedade da qual faz parte.

d) Princípios

Ressaltamos como princípios a igualdade no exercício da função, educar sem privilegiar ou causar danos a ninguém, sem discriminação por raça, gênero, classe social por qualquer motivo que seja. Respeitar todos os sujeitos, independente das diferenças existentes, buscar compreender o aluno e sua realidade nas diversas situações possíveis.

e) Valores

A escola tem como valores o conhecimento, a solidariedade, a cooperação, a empatia, o amor ao trabalho, a responsabilidade, a ética e o respeito.

12 CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS DA ESCOLA

No sentido de expressar uma educação possível, desejável e idealizada para um projeto de sociedade e de cidadania, descrevemos, a seguir, as concepções que norteiam o trabalho pedagógico.

12.1 SER HUMANO

Compreendemos como ser humano, o sujeito social, que estabelece as suas relações com os outros indivíduos em diferentes níveis da sociedade. Este aprende e ensina e é capaz de influenciar tanto de forma positiva quanto negativa o espaço em que vive. Tal atuação participativa é concebível através de uma organização política, bem como o autogoverno do homem, do qual, de forma autônoma consegue argumentar a respeito de sua realidade.

A existência humana não pode ser mudada, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novos pronunciamentos. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. (FREIRE, 1987, p.78)

A concepção de homem e de educação que nos referimos, é a de que prepara o aluno para ser um sujeito ativo de sua vida, protagonista de sua história, que cria, recria, adquire valores e saberes, tornando-se capaz de coletivamente tomar decisões de maneira democrática.

Portanto, consideramos necessário formarmos seres humanos capazes de adquirir autonomia e princípios indispensáveis para o convívio social, especificamente: o respeito mútuo, solidariedade e afetividade. Pré-requisitos esses fundamentais para que os seres ao serem formados, tomem posse do seu papel na história, sendo protagonistas na construção do seu mundo, interagindo com a realidade de forma crítica, clara e proveitosa.

12.2 EDUCAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), em seu artigo 22, define a educação básica como: “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Nossa escola compreende que a educação é um direito de toda pessoa, independente de sua situação financeira ou outra questão distinta. Sabe-se que a escola, lugar institucionalizado, é um ambiente formador, capaz de traçar influências no desenvolvimento integral do ser humano, seus valores, de torná-lo um cidadão conhecedor de seus direitos e deveres, mais atuante na comunidade, um sujeito mais crítico e participativo. Sendo assim, é preciso entender que um dos objetivos da educação é formar seres humanos críticos que assumam seus deveres e saibam lutar pelos seus direitos, que sejam autônomos, com princípios morais e culturais contribuindo de forma positiva para a vida em sociedade.

Considerando o contexto de transformação constante em que estamos inseridos e aliada a necessidade de se adequar às situações em que somos expostos, acredita-se que levar em consideração a realidade em que estamos inseridos, é o caminho para o sucesso no processo de aprendizagem. Libâneo (1994, p. 39) fortalece o papel da escola: “um conteúdo

não pode se dissociar da realidade social, porque a escola é parte integrante da sociedade, portanto, agir dentro dela é também agir no rumo da transformação”.

Paulo Freire, grande educador brasileiro, defende a importância de uma educação libertadora, onde o diálogo, a escuta, a exposição de argumentos fazem parte da concepção de educação e do processo de ensino aprendizagem. Freire (1987, p.44) complementa:

[...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já, não valem.

Nessa perspectiva, nossa escola acredita que a educação se faz na interação, na vivência, na história de cada pessoa, na bagagem cultural de cada indivíduo, que estão em constantes transformações. Freire (1987, p.48) ressalta que: “Seria, realmente, uma violência, como de fato é, que os homens, seres históricos e necessariamente inseridos num movimento de busca, com outros homens, não fossem o sujeito de seu próprio movimento”.

Na visão de Paulo Freire a educação compreende o homem como um ser autônomo, com capacidade de contribuir para a transformação do mundo. Portanto, entendemos a educação como a prática social responsável pelo processo de humanização.

E é como seres transformadores e criadores que os homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas ideias, suas concepções. Através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva, os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres histórico-sociais. (FREIRE, 1987, p. 59).

12.2.1 Educação Integral

A BNCC (BRASIL, 2018) e o RCG (RS, 2018) trazem a educação integral como objetivo de uma formação e desenvolvimento humano integral, não privilegiando a dimensão intelectual em detrimento à afetiva, à cultura, à dimensão ética e social, mas entendendo todas como importantes na formação do sujeito.

O conceito de educação integral relaciona-se ao desenvolvimento de processos educativos com intencionalidade pedagógica, que proporcionem a construção de aprendizagens significativas e que vão ao encontro das necessidades e interesses dos estudantes, considerando também os desafios constantes de nossa sociedade.

Assim, a BNCC propõe um trabalho interdisciplinar e por competências, buscando a superação do conhecimento fragmentado e a aplicação do mesmo na vida real, fomentando o

protagonismo do estudante tanto em sua aprendizagem, quanto na construção de seu projeto de vida.

Buscamos uma educação integral que promova mudanças positivas em nossos sujeitos aprendentes no presente, mas que impacte no seu futuro, tanto profissional, como pessoal. Através da construção dos conhecimentos, fornecemos as competências, para que este indivíduo seja capaz de fazer uma análise do mundo a sua volta e o prepare para o seu desempenho na sociedade de forma íntegra, ética e solidária. Além disso, o apoio na construção dos seus projetos de vida.

Cabe esclarecer que educação integral é diferente de educação de tempo integral. Destaca-se que o município de São José do Hortêncio oferece a educação em tempo integral, que se caracteriza por atender os estudantes dos Anos Iniciais, do 1º ao 5º ano, que frequentam o Contraturno Escolar, com matrícula facultativa ao turno contrário da aula regular.

12.2.2 Educação Inclusiva

A proposta de educação inclusiva não é específica para alunos e alunas com deficiência ou outro termo equivalente. “Como processo contínuo, dialético e complexo, a educação inclusiva diz respeito a qualquer aluno que, por direito de cidadania, deve frequentar escolas de boa qualidade, onde aprenda a aprender, a fazer, a ser e onde participe, ativamente” (CARVALHO, 2005, p.1).

Dessa forma, entendemos a inclusão em um sentido amplo, pois todos somos diferentes, com talentos e limitações e, nesse sentido, somos todos incluídos. Nessa perspectiva, educação inclusiva pode ser definida como:

[...] caracteriza-se como um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar, como situação provocadora de interações entre crianças com situações pessoais as mais diversas. Além desta interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, propõe-se uma pedagogia que se dilate frente às diferenças do alunado. (BEYER, 2006, p.73).

A educação inclusiva tem como proposta romper barreiras para que a aprendizagem aconteça. Além disso, todos os alunos devem participar levando em consideração as especificidades de cada sujeito, entendendo que todos possuem capacidade de aprender, cada um a seu jeito, seu tempo e dentro de seus limites.

Outro aspecto importante é que a escola não deve apenas pensar no acesso da criança à instituição de ensino, mas sim garantir condições de permanência dela na escola. Isso inclui

adaptações físicas, curriculares, a clareza da intencionalidade pedagógica com cada criança que possui uma deficiência ou necessidade específica, além de envolver a comunidade escolar no processo de educação inclusiva, pois esse processo só acontecerá com sucesso a partir do envolvimento e participação de todos.

Nessa perspectiva, em 2015, foi lançada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), que visa assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais à pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e da cidadania. Para aplicação dessa lei, considera-se a acessibilidade, a tecnologia assistiva ou ajuda técnica, profissional de apoio escolar, eliminação de barreiras de qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, a liberdade de expressão, dentre outros aspectos assegurados na referida lei.

Por fim, é importante ressaltar que o município conta com serviço de apoio de reforço escolar especializado e sala de recursos multifuncionais para alunos com necessidades específicas ou deficiência, que é oferecido na Escola Municipal São José para todas as crianças matriculadas na rede municipal de ensino.

12.2.2.1 Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), como proposta de apoio ao ensino comum, passa a complementar ou suplementar o ensino dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, caracterizando o público-alvo desse atendimento, oferecido no contraturno escolar, sem alterações da carga horária estabelecida para o ensino comum.

O AEE é organizado para suprir as necessidades de acesso ao conhecimento e à participação dos alunos com deficiência e dos demais que são público-alvo da Educação Especial, nas escolas comuns. Considerando as necessidades e potencialidades dos alunos público-alvo, é de responsabilidade da professora habilitada para exercer a docência com formação específica na educação especial, iniciada ou continuada, a organização do atendimento nas salas de recursos multifuncionais que tratam: do horário no contra turno escolar, entrevistas com os familiares, entrevista com os professores do ensino comum, diálogo com os profissionais da área da saúde que atendem os alunos encaminhados ao AEE, escolha dos recursos pedagógicos de acordo com o estilo cognitivo de aprendizagem de cada aluno diagnosticado, bem como, a orientação durante a elaboração da adaptação curricular,

responsabilidade de cada docente, quando necessária e solicitada pelos professores do ensino regular comum.

As adaptações curriculares se caracterizam pelos ajustes necessários das estratégias educativas, promovendo a aprendizagem do aluno através de flexibilizações do currículo escolar. Estas flexibilizações devem contemplar a diversidade de interesses, necessidades, potencialidades e ritmos de aprendizagem. Aos alunos matriculados no AEE que apresentam especificidades nas condições de funcionalidade, são disponibilizados os monitores, responsáveis por auxiliar e desenvolver a autonomia dos mesmos, dentro das reais possibilidades. Sendo profissionais de apoio às atividades de locomoção, higiene e alimentação, prestam auxílio individualizado aos estudantes que não realizam essas atividades com independência. Não é atribuição do profissional de apoio desenvolver atividades educacionais diferenciadas ao aluno público-alvo da educação especial, e nem compete a responsabilidade em ensinar conteúdos escolares.

O ensino e a avaliação são de responsabilidade docente. O planejamento diário e a adaptação curricular competem ao professor regente do ensino regular comum. Ao tratar do âmbito pedagógico, define-se a avaliação como processo permanente de análise das variáveis que interferem no processo de ensino e aprendizagem, para identificar potencialidades e necessidades educacionais dos alunos e as condições da escola para responder a essas necessidades. Para sua realização, deverá ser formada, no âmbito da própria escola, uma equipe de avaliação que conte com a participação de todos os profissionais que acompanham o aluno, mediante parecer descritivo ou nota, previsto na adaptação curricular. A participação dos encontros e reuniões de planejamento, bem como, os conselhos de classe para orientar, acompanhar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; atendidos no AEE, são relevantes e necessitam do apoio pedagógico de todos os profissionais da educação.

12.2.2.2 Reforço Escolar Especializado

A aprendizagem é inerente a qualquer ser humano a qual envolve aspectos afetivos, cognitivos e motores. O ser humano é constantemente influenciado por condições internas e externas como pessoas, experiências, estímulos e relações interpessoais. Para que o processo de aprendizagem ocorra de maneira eficaz, quem aprende, deve ser visto na sua totalidade. É extremamente importante entender o que se aprende, como e por que, considerando todas as variáveis deste processo.

Para atuação no reforço escolar especializado, o professor deve ter experiência em sala de aula, formação inicial em licenciatura plena, pós-graduação em psicopedagogia, neuropsicopedagogia, ou cursos de formação na área das dificuldades de aprendizagens e desenvolvimento infantil. Deverá atender alunos matriculados na rede municipal de ensino, que apresentem características ou tenham diagnóstico de TDAH, dislexia, discalculia, disgrafia. Poderão ser atendidas crianças e/ou adolescentes com falta de concentração, problemas de atenção e memória e que lidam com questões crônicas de dificuldades de aprendizagem, mesmo depois que o professor regente, tenha usado todas as formas, para que estes aprendam. Poderá realizar um trabalho preventivo para diminuir a “frequência dos problemas de aprendizagem”. Orientará os estudantes com dificuldade de seguir rotinas e organizar-se. Auxiliar famílias e alunos a compreender o processo do ensino aprendizagem e criar estratégias para superar as dificuldades. Poderá usar o conteúdo como uma estratégia para ajudar o estudante a ter domínio de si próprio e de seu desenvolvimento cognitivo. Prestar assistência aos professores, monitor (caso tenham) e às famílias, para obter informações a respeito da conduta do estudante na classe e em casa, para orientar ou reorientar a intervenção que realizam e a parceria (escola/família). Dialogar a respeito dos métodos e das técnicas mais eficientes para os estudantes, de forma a contemplar os diversos estilos de aprendizagem, para diminuir a repetência e retenção. Analisar as abordagens avaliativas mais adequadas às dificuldades do aluno na turma. O professor titular da turma, depois de avaliar e refletir junto com a coordenação pedagógica da escola e/ou direção deverá notificar os pais ou responsáveis e encaminhar o estudante para uma avaliação com o professor do reforço escolar especializado. Os pais ou responsáveis deverão ser notificados e convocados para uma reunião, onde receberão as informações e orientações necessárias do atendimento e assinarão um termo de compromisso da participação de seu filho ou assumirão a responsabilidade, caso não estejam de acordo com o atendimento.

A sala de reforço escolar especializado deverá ser organizada e preparada, para atender um ou até três alunos, conforme o caso ou necessidade. Deverá ser ampla, e com materiais (jogos, brinquedos, livros e materiais variados) para que possa ser exploradas e aplicadas diferentes técnicas de avaliação, diagnóstico e atividades para ajudar o estudante no seu processo de ensino aprendizagem.

Os atendimentos devem ser semanais ou quinzenais, conforme a necessidade. Será oferecido no contraturno da turma regular onde o estudante está matriculado. As atividades serão planejadas pelo professor especialista responsável, conforme as características e necessidades do estudante. O professor deverá registrar e apresentar avaliações e/ou

pareceres, onde constarão melhoras e mudanças, no processo de aprendizagem e sugestões e orientações para o professor regente, as famílias e coordenação da escola.

12.2.3 Educação em Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos traz em seu artigo 1º que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (NAÇÕES UNIDAS, 1948). Logo, o ambiente escolar deve ser um propulsor dessa ideia. É extremamente importante salientar que os direitos humanos não são apenas no plano teórico, mas também no prático. Os alunos devem perceber o quanto o professor valoriza os direitos humanos em suas práticas, assim sendo, devemos servir de exemplo.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2006), todas as culturas possuem concepção sobre dignidade humana, pois todas são incompletas, com necessidade de interação entre elas, uma vez que nenhuma cultura dá conta por completo do ser humano. Assim, “aumentar a consciência de incompletude cultural é uma das tarefas prévias à construção de uma concepção emancipadora e multicultural dos direitos humanos” (SANTOS, 2006, p.446).

Nessa linha de pensamento, o Plano Nacional em Direitos Humanos (BRASIL, 2018a) destaca que o processo formativo pressupõe o reconhecimento da pluralidade e da alteridade, o exercício da crítica, da criatividade, do debate de ideias, bem como o respeito, a promoção e valorização da diversidade. Assim, deve garantir-se no espaço educacional a igualdade de oportunidades, o exercício da participação e da autonomia aos membros da comunidade escolar.

A educação em direitos humanos não é apenas um tema a ser tratado em sala de aula, mas sim um modo de vida, mais do que falar é preciso vivenciar.

Um dos compromissos da escola é formar cidadãos sensíveis aos princípios e valores, que reconheçam a dignidade humana como fundamento da vida social. É necessário considerar o aluno como cidadão, proporcionando que participe ativamente através da sua livre expressão. O aluno precisa sentir-se valorizado, respeitado e acolhido no ambiente escolar, dando a ele segurança para poder se desenvolver de maneira saudável e feliz. Assim como os demais funcionários e profissionais deste ambiente.

O ambiente escolar deve proporcionar a todos os envolvidos, a capacidade de se expressar, de opinar, de argumentar, além de refletir sobre suas próprias ações. Os direitos de ir e vir, de lazer, de educação, de discriminação, igualdade, assim como os demais citados

anteriormente, poderão ser trabalhados no ambiente escolar de forma interdisciplinar em sala de aula e através das ações de todos os profissionais, visando que o exemplo da ação possa servir de ensinamento aos discentes. Proporcionar aos discentes e docentes a oportunidade de mesclar culturas através de apresentações, danças, visitas, conversas, palestras e discursos em que possam ser percebidos os direitos humanos universais dentro do ambiente escolar, disseminando o respeito e a valorização do “outro”.

12.2.4 Educação das Relações Étnicas Raciais e Indígenas

As questões étnico-raciais e indígenas devem estar presentes no currículo escolar, na prática diária, no diálogo, nas discussões sobre valores e princípios para uma formação humana.

De acordo com a BNCC “[...] a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.” (BRASIL, 2018b, p.14)

Como objetivos, a educação das relações étnico-raciais deve possibilitar o reconhecimento de pessoas negras na cultura brasileira, a partir de seu próprio ponto de vista, promover o conhecimento da população brasileira sobre a história do Brasil com a visão de mundo da população negra.

A discriminação sofrida pelos indígenas no Brasil remonta à época da chegada dos colonizadores portugueses, que não reconheceram e nem respeitaram os homens que aqui viviam e que eram donos das terras e de um saber e culturas diferentes da europeia. Os portugueses não aceitavam o modo diferente de viver dos povos indígenas, procurando sempre moldá-los e catequizá-los conforme a cultura da Europa.

Essa situação de discriminação e racismo também se aplica aos sentimentos dos africanos que foram trazidos para cá como escravos, comercializados como mercadorias em condições sub-humanas, para servirem de mão de obra barata.

No atual cenário escolar em que vivemos torna-se emergente a aceitação do outro. Apesar da miscigenação presente na formação do povo brasileiro, a segregação, o racismo e pré-conceitos ainda permeiam fortemente as comunidades, mais evidente em comunidades de origem europeia.

Araújo e Giugliani (2014) acrescentam que a escola e os profissionais que nela atuam são chamados a intervir, se posicionar e mediar a interação entre os diferentes sujeitos e culturas presentes nos diversos ambientes educacionais. Sendo assim, mesmo a escola sendo

um lugar de formação para a cidadania e diversidade e o professor como mediador do conhecimento ainda não está comprometida com a educação das relações étnico-raciais, como orientam as políticas educacionais vigentes.

A Constituição Federal de 1988, art. 5º diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). Lei essa que deveria garantir a tal igualdade, mas que na prática, pouco se cumpriu, muito se encobriu, sendo assim, sentiu-se a necessidade de criar algo mais específico que além de garantir e respeitar esse legado construído historicamente, ressaltando a sua importância, dentro do âmbito escolar brasileiro.

Para tanto, na tentativa de efetivar a legitimação e o cumprimento das garantias citadas, prevista em lei, mas não cumpridas de forma eficaz, e que de fato saísse do papel, criou-se Lei nº 10.639/03 que dispõe sobre a educação, relações étnico-raciais, que altera o texto da LDB definindo que:

O governo federal sancionou, em março de 2003, a Lei nº 10.639/03-MEC, que altera a LDB (Lei Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da mesma. A 10.639 instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. (BRASIL, 2003, p.8).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana orientam que “[...] o planejamento, execução e avaliação da Educação [...] têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil [...]” (BRASIL, 2004, p.31), a fim de proporcionar relações étnico-sociais positivas para a construção de uma ação democrática. Ainda, as Diretrizes,

Têm por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento de igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas. (BRASIL, 2004, p.31).

Sendo assim, a inserção da temática étnico-racial na educação visa garantir uma educação que supere o racismo e as desigualdades geradas por ele formando assim cidadãos conscientes e que respeitam essas diferenças. Acredita-se que a escola consiga se soltar das amarras construídas historicamente e de certa forma quebrar os paradigmas, deixando de reproduzir as desigualdades sociais, e produzindo novas relações raciais e sociais

pautadas no princípio da igualdade. Que essa temática seja explorada pelos professores em sala de aula através de conteúdos, competências, atitudes e valores assim cumprindo o papel que lhe compete, criando mecanismos de acesso ao conhecimento e ascensão social, ao emprego e a minimização das desigualdades sociais, a todos, sem distinções. Sobre a atuação dos professores, as palavras de Silva (1996, p.175) são pontuais:

Professores, fazemos parte de uma população culturalmente afro-brasileira, e trabalhamos com ela; portanto, apoiar e valorizar a criança negra não constitui em mero gesto de bondade, mas preocupação com a nossa própria identidade de brasileiros que têm raiz africana. Se insistirmos em desconhecê-la, se não a assumimos, nos mantemos alienados dentro de nossa própria cultura, tentando ser o que nossos antepassados poderão ter sido, mas nós já não somos. Temos que lutar contra os preconceitos que nos levam a desprezar as raízes negras e também as indígenas da cultura brasileira, pois, ao desprezar qualquer uma delas, desprezamos a nós mesmos. Triste é a situação de um povo, triste é a situação de pessoas que não admitem como são, e tentam ser, imitando o que não são.

Nesse sentido, Silva (2003, p. 55) aponta que, “reconhecer o passado histórico e a cultura dos diversos povos é um passo importante para o acolhimento das diferenças, no sentido de permitir uma participação ativa desses povos nos bens econômicos e de prestígios, na nação onde estão situados”.

12.3 CONCEITO DE CRIANÇA E INFÂNCIA

O conceito de criança e infância passou por mudanças ao longo da história, uma vez que possui relação direta com as transformações sociais, culturais e econômicas, inseridas em um tempo e um lugar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) define a criança como “pessoa até os doze anos de idade incompletos”. Ou seja, é um período de crescimento do ser humano. Cada criança é única a qual carrega uma história, com ideias, representações e valores. É um ser em construção. Cada criança tem suas potencialidades e limitações, diferentes formas de ser, agir e aprender.

No que se refere ao conceito de infância, há muitas concepções, desde os primórdios, quando se via a criança como um adulto em miniatura, até o momento em que se considerou a infância como uma etapa que deve ser vivida com suas próprias características. A infância não está relacionada apenas a uma etapa cronológica ou psicológica, mas sim a uma história.

As infâncias são diferentes, dependendo do contexto em que as crianças estão inseridas. As diferentes personalidades, identidades e autonomia se constroem com base na realidade em que vivem, a partir das interações e do convívio com o outro. Esse convívio se

dá de forma mais intensa e regular no âmago do ambiente escolar, onde as crianças aprendem a lidar melhor com as diversidades e adversidades, descobrindo que há outras realidades além das suas. Cabe à escola, portanto, possibilitar às crianças outros laços afetivos e novas interações que as fazem perceber que são seres sociais.

Cabe a escola também compreender a diferença entre criança e estudante, uma vez que a criança possui direitos a serem garantidos, como se desenvolver e aprender vivendo sua infância. É necessário entender, conforme o Referencial Curricular Gaúcho, que a criança deve ser o centro do planejamento curricular, sujeito com direitos e cujas interações, relações e práticas cotidianas apresentam características próprias. Nesse sentido, deve a escola proporcionar aos estudantes um ambiente social, onde vivenciarão as noções básicas para enfrentar desafios, desenvolver autoconfiança e a habilidade de se relacionar com os outros, fortalecendo sua personalidade, levando em conta suas diferenças e o seu tempo de aprendizagem.

12.4 APRENDIZAGEM

Com o intuito de consolidar o conhecimento, procura-se a ampliação de uma concepção de ensino no qual, docente e educando sejam sujeitos ativos na construção da aprendizagem, em razão da necessidade de mediação das vivências e conhecimentos dos mesmos.

O papel do professor nessa concepção é de proporcionar ao estudante atividades que o direcionem ao progresso de suas capacidades, tornando nítido seu desenvolvimento potencial, portanto, é função do docente mediar as atividades. Ao desempenhar o seu papel, o professor identifica a necessidade de criar contextos onde seja possível que o discente seja motivado a pensar e ir em busca do conhecimento, através de situações no qual ele precise tomar decisões, à frente das dificuldades que surgem repentinamente.

A identificação dos estilos de aprendizagem e sua relação com a melhoria no processo de ensino e aprendizagem, incita a ligação entre o ensinar e o aprender” sustenta o fato de que “quando se conhecem e respeitam os diferentes estilos de aprendizagem e o ato de ensinar é adaptado a esse fato [...] (GIVEN; REID, 2000 apud NATEL; TARCIA; SIGULEM, 2013, p.145).

Freire (1996) enfatiza também que é muito importante o ambiente da escola acolhedor onde a relação professor-aluno seja sempre através do diálogo, respeitando sempre a bagagem que o outro traz com suas vivências passadas. O autor ainda destaca que a escola é um lugar de descobertas, de curiosidades de criar e recriar. Além disso, a Educação é um processo

humanizante, social, político, ético, histórico, cultural e afirma: o docente não deve se limitar ao ensinamento dos conteúdos, mas, sobretudo, ensinar a pensar, pois “pensar é não estarmos demasiado certos de nossas certezas”. (FREIRE, 1996, p. 28).

Segundo ele, enquanto escola também acreditamos que a relação professor-aluno é de extrema importância e que ambos aprendem uns com os outros, não havendo só a verdade do professor, mas sim também tudo aquilo que o aluno já traz de conhecimentos, vivências e experiências para juntos então construir novas aprendizagens. O fazer pensar, raciocinar permite aos alunos se posicionarem como sujeitos históricos de modo que conheçam o mundo no qual estão inseridos, intervindo e interferindo quando precisam.

12.5 CURRÍCULO

De acordo com o RCG (RS, 2018, p.26), o currículo é entendido como “as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades dos estudantes”. O currículo é entendido como flexível e deve estar a serviço da aprendizagem. Para tanto, os professores trabalham de forma inter e transdisciplinar e com clareza de suas intencionalidades pedagógicas. Para além de pensar o currículo como apenas conhecimento cientificamente sistematizado, faz-se necessário pensá-lo também a partir da cultura e da pluralidade cultural que se tem no mundo, o que pode gerar, por vezes, conflitos e desafios. No entanto, ao mesmo tempo, o professor poderá oportunizar o repensar das práticas pedagógicas e suas possibilidades de intervenção.

Silva (2003) explica que o currículo não pode ser construído apenas a partir de conceitos como ensino, eficiência, lista de conteúdos, uma vez que ele constitui-se em um território político, inclui processos centrados na raça, etnia, no gênero, na sexualidade e na diversidade cultural e humana. Nesse sentido, a escola enfatiza a importância dos planejamentos pedagógicos, com propostas diferenciadas para o processo de ensino e de aprendizagem, com vistas à construção do sujeito-aluno, reafirmando a função humanizadora, civilizatória e cultural da escola contemporânea. Destaca-se ainda que a escola, atendendo a concepção de educação inclusiva, realiza adaptação curricular para os estudantes que possuem alguma deficiência ou necessidade específica. Os professores, juntamente com a equipe pedagógica e profissionais que atendem esses estudantes, devem elencar as aprendizagens necessárias, significativas e possíveis para essas crianças, dentro de suas possibilidades, documentando as adaptações realizadas.

Um dos elementos centrais do currículo é o conhecimento escolar e sua aprendizagem, sendo este, condição para que os conhecimentos socialmente produzidos possam, sistematicamente, ser apreendidos, criticados e reconstruídos. Nesse sentido, a escola concebe o currículo escolar como todas as experiências que se desdobram em torno do conhecimento em meio a relações sociais que contribuem para as construções das identidades dos estudantes que, para tanto, requer um conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. Portanto, a centralidade do currículo escolar é na aprendizagem ativa do estudante como protagonista da sua aprendizagem.

Além disso, o currículo está alicerçado nos pressupostos filosóficos e éticos, socioantropológicos, epistemológicos e psicopedagógicos, observados os princípios:

- I. Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades;
- II. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;
- III. Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 2018b).

O currículo da escola tem o compromisso de desenvolver as dez competências gerais previstas na BNCC (BRASIL, 2018b) quais sejam: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; responsabilidade e cidadania.

12.5.1 Currículo Educação Infantil

Em se tratando de currículo na Educação Infantil, além dos direitos de aprendizagem e as competências descritas na BNCC, ela também traz cinco campos de experiência, a partir dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. A definição dos campos de experiência tem por base o que dispõe as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil no que se refere aos saberes e conhecimentos fundamentais a serem proporcionados às crianças, associados às suas experiências. Assim, os campos de experiências estão organizados da seguinte forma (BRASIL, 2018b, p. 40-43):

O eu, o outro e o nós - É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo em que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos;

- **Corpo, gestos e movimentos** - Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.);

- **Traços, sons, cores e formas** - Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia, etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos. Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca. Portanto, a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas.
- **Escuta, fala, pensamento e imaginação** - Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. Além disso, desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita. Ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as

crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua;

- **Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações** - As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade, etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.

12.5.2 Currículo Ensino Fundamental

O currículo do Ensino Fundamental tendo por base a BNCC e o RCG, por sua vez, tem como pressuposto o desenvolvimento de competências, nas respectivas áreas de conhecimento: área de Linguagens, de Matemática, de Ciências da Natureza, de Ciências Humanas e de Ensino Religioso.

A seguir está a descrição das concepções de cada área de conhecimento e seus respectivos componentes curriculares, conforme a BNCC.

12.5.2.1 Área de Linguagens

A área de Linguagens é composta pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Alemã. Tem por finalidade proporcionar aos estudantes a participação de práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, como também seus conhecimentos sobre essas linguagens, em continuidade às experiências vividas na Educação Infantil.

Nos anos iniciais os componentes curriculares oportunizam práticas relativas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas. Já nos dois primeiros anos, o processo de alfabetização é o foco da ação pedagógica.

A Área de Linguagens deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de competências específicas:

- Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais;
- Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva;
- Utilizar diferentes linguagens- verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital-, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levam ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação;

- Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo;
- Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas;
- Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

12.5.2.1.1 Língua Portuguesa

O componente curricular Língua Portuguesa traz uma proposta que assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e diferentes linguagens.

Os conhecimentos sobre os gêneros, os textos, a língua, a norma-padrão e as diferentes linguagens devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens. Essas, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/campos de atividades humanas.

Cabe, então, ao componente curricular Língua Portuguesa proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens. A demanda que se coloca para a escola é contemplar de forma crítica essas novas práticas de linguagem e produções, não só na perspectiva de atender às muitas demandas sociais que convergem para um uso qualificado e

ético das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), mas de também fomentar o debate e outras demandas sociais que cercam essas práticas e usos.

Os eixos de integração são aqueles já consagrados nos documentos curriculares da área, correspondentes às práticas de linguagem: oralidade, leitura/escuta, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica (que envolve conhecimentos linguísticos – sobre o sistema de escrita e da língua e a norma-padrão, textuais, discursivos e sobre os modos de organização e os elementos de outras semioses), devendo estar envolvidos em práticas de reflexão que permitam aos estudantes ampliarem suas capacidades de uso da língua/linguagens (em leitura e em produção) em práticas situadas de linguagem.

O Eixo Leitura compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação. Leitura é tomada em um sentido mais amplo, referindo-se não somente ao texto escrito, mas também a imagens estáticas (foto, pintura, desenho, esquema, gráfico, diagrama) ou em movimento (filmes, vídeos etc.) e ao som (música), que acompanha e cossignifica em muitos gêneros digitais.

Serão destacadas as habilidades de leitura, oralidade e escrita de forma contextualizada pelas práticas, gêneros e diferentes objetos do conhecimento em questão. A demanda cognitiva das atividades de leitura deve aumentar progressivamente desde os anos iniciais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio.

O Eixo da Produção de Textos compreende as práticas de linguagem relacionadas à interação e à autoria (individual ou coletiva) do texto escrito, oral e multissemiótico, com diferentes finalidades e projetos enunciativos. Da mesma forma que na leitura, não se deve conceber que as habilidades de produção sejam desenvolvidas de forma genérica e descontextualizada, mas por meio de situações efetivas de produção de textos pertencentes a gêneros que circulam nos diversos campos de atividade humana.

O Eixo da Oralidade compreende as práticas de linguagem que ocorrem em situação oral com ou sem contato face a face. Envolve também a oralização de textos em situações socialmente significativas, interações e discussões envolvendo temáticas e outras dimensões linguísticas do trabalho nos diferentes campos de atuação.

O Eixo da Análise Linguística/Semiótica envolve os procedimentos e estratégias (meta) cognitivas de análise e avaliação consciente, durante os processos de leitura e de produção de textos (orais, escritos e multissemióticos), das materialidades dos textos, responsáveis por seus efeitos de sentido, seja no que se refere às formas de composição dos textos, determinadas pelos gêneros (orais, escritos e multissemióticos) e pela situação de

produção, seja no que se refere aos estilos adotados nos textos, com forte impacto nos efeitos de sentido. Assim, no que diz respeito à linguagem verbal oral e escrita, as formas de composição dos textos dizem respeito à coesão, coerência e organização da progressão temática dos textos, influenciadas pela organização típica (forma de composição) do gênero em questão.

As práticas de leitura/escuta e de produção de textos orais, escritos e multissemióticos oportunizam situações de reflexão sobre a língua e as linguagens de uma forma geral. Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise.

O que seria comum em todas essas manifestações de linguagem é que elas sempre expressam algum conteúdo ou emoção – narram, descrevem, subvertem, (re) criam, argumentam, produzem sensações, – veiculam uma apreciação valorativa, organizando diferentes elementos e/ou graus/intensidades desses diferentes elementos, dentre outras possibilidades.

A organização das práticas de linguagem (leitura e produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica) por campos de atuação aponta para a importância da contextualização do conhecimento escolar, para a ideia de que essas práticas derivam de situações da vida social e, ao mesmo tempo, precisam ser situadas em contextos significativos para os estudantes.

São cinco os campos de atuação considerados: Campo da vida cotidiana (somente anos iniciais), Campo artístico-literário, Campo das práticas de estudo e pesquisa, Campo jornalístico/midiático e Campo de atuação na vida pública, sendo que esses dois últimos aparecem fundidos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com a denominação Campo da vida pública. Compreende-se que a divisão por campos de atuação tem também, no componente Língua Portuguesa, uma função didática de possibilitar a compreensão de que os textos circulam dinamicamente na prática escolar e na vida social, contribuindo para a necessária organização dos saberes sobre a língua e as outras linguagens, nos tempos e espaços escolares.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica e com as competências específicas da área de Linguagens, o componente curricular Língua Portuguesa deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de competências específicas. Vale ainda destacar que tais competências perpassam todos os componentes curriculares do Ensino Fundamental e são essenciais para a ampliação das

possibilidades de participação dos estudantes em práticas de diferentes campos de atividades humanas e de pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2018b).

12.5.2.1.2 Língua Inglesa

A aprendizagem de Língua Inglesa é referida na Lei nº 13.415/2017 a qual prevê que “no currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa” (Art. 2º). Contudo, essa lei não tem a pretensão de eliminar as demais línguas estrangeiras dos currículos, uma vez que as escolas municipais de São José do Hortêncio oferecem, além da Língua Inglesa, também a Língua Alemã. Nesse sentido, o currículo da disciplina de Língua Inglesa leva em consideração a diversidade linguística e cultural do município e os fenômenos migratórios.

Além disso, em um mundo social cada vez mais globalizado e plural, aprender a língua inglesa propicia a criação de novas formas de engajamento e participação dos alunos, contribuindo para o exercício da cidadania ativa, além de ampliar as possibilidades de interação e mobilidade, abrindo novos percursos de construção de conhecimentos e de continuidade nos estudos.

Pensando nisso tudo, o currículo de Língua Inglesa é apresentado, assim como na BNCC e no RCG, em Eixos Organizadores que estão organizados por eixos, unidades temáticas, objetos de conhecimento, habilidades e avaliação. São propostos cinco eixos organizadores para a Língua Inglesa: oralidade, leitura, escrita, conhecimentos linguísticos e dimensão intercultural. O eixo Oralidade aborda o uso oral da Língua Inglesa com foco na compreensão e na produção oral. O eixo Leitura oportuniza a interação do leitor com o texto escrito, com base na compreensão e interpretação dos gêneros escritos. O eixo Escrita apresenta práticas de produção de textos que enfatizam tanto a natureza processual e colaborativa quanto prática social que contribuem para o desenvolvimento de uma escrita autêntica, criativa e autônoma. O eixo Conhecimentos Linguísticos refere-se ao estudo do léxico e da gramática, consolidando-se pelas práticas de uso, análise e reflexão sobre a língua, sempre de modo contextualizado. E, por fim, o eixo Dimensão Intercultural, em que aprender inglês, enquanto língua franca, implica problematizar os diferentes papéis da própria Língua Inglesa no mundo, seus valores, seu alcance e seus efeitos nas relações entre diferentes pessoas e povos – em contínuo processo de interação e (re) construção.

As unidades temáticas, em sua grande maioria, repetem-se e são ampliadas as habilidades a elas correspondentes. Foram selecionados objetos de conhecimento e

habilidades para cada unidade temática, os quais são enfatizados em cada ano de escolaridade. Diante disso, este documento fornece o embasamento para a construção dos currículos e planejamentos de ensino, cujos conteúdos serão desenvolvidos de acordo com o perfil de cada turma, aprofundando tais conhecimentos ao longo do tempo (currículo espiralado), haja vista que o docente tem autonomia para tal ação. Cabe salientar, ainda, que o professor irá escolher as metodologias que julgar mais apropriadas, bem como ferramentas que considere criativas.

12.5.2.1.3 Língua Alemã

Considerando o disposto na BNCC, o currículo de Língua Alemã no município foi construído no intuito de agregar conhecimentos, bem como valorizar e preservar a Língua Alemã neste município cuja colonização se deu principalmente por imigrantes alemães.

A língua é ofertada a partir da Educação Infantil e estendida até o 9º ano. Desse modo, considerando a importância do ensino da Língua Alemã desde cedo, entende-se que a construção dos documentos das escolas que optam pela oferta dessa língua desde a educação Infantil deve dialogar com o currículo de cada etapa.

Cabe salientar, ainda, que a BNCC permite a inserção de mais uma língua estrangeira além da inglesa, enquanto língua adicional, competindo a cada estabelecimento de ensino, seja público ou privado, incluída de acordo com a realidade e desejo da comunidade escolar. Ressalta também que, nesse processo, devemos levar em consideração a diversidade linguística e cultural do estado, além dos fenômenos migratórios.

12.5.2.1.4 Educação Física

Educação Física é componente curricular fundamental no contexto escolar principalmente pela sua função social e corporal. Ela envolve o sujeito em suas ações, pensamentos e sentimentos, explorando competências e habilidades da BNCC a partir do corpo em movimento, suas especificidades e inter-relacionamento com os demais componentes do currículo. Sabemos que este é considerado um componente curricular diferenciado dos demais por sua ação/reflexão/ação, sua aceitação e desejo por momentos de exploração de sensações e sentimentos gerados pela atividade corporal. Através da prática e da pesquisa de diferentes modos de expressão, a Educação Física se assegura como componente capaz de também dar voz àquele sujeito que usa o corpo, como linguagem, para se expressar. No contexto atual, as competências da Educação Física são:

- Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual.
- Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo.
- Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais.
- Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas.
- Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes.
- Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam.
- Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos.
- Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde.
- Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário.
- Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.

12.5.2.1.5 Arte

A componente curricular contribui consideravelmente para a efetividade das competências gerais da BNCC, através da prática e fruição nas diversas manifestações e linguagens na escola.

As Artes Visuais contribuem para o despertar da sensibilidade estética, o mundo real ou imaginário e a criatividade das crianças durante o processo de ensino aprendizagem. São estímulos essenciais em várias etapas do desenvolvimento do ser humano e assim permitem a

construção e aquisição de novas formas de olhar o mundo, além de desenvolver a autonomia, a crítica, a autoria e o trabalho coletivo e colaborativo.

A Música desenvolve e aprimora a escuta e permite conhecer e preservar a produção de nossas tradições e de outros povos, explorando seus ritmos e melodias.

A Dança articula a relação de consciência corporal, reconhecimento do espaço e reconhecimento do outro e das relações humanas. É uma linguagem artística que propicia novas formas de comunicação, expressividade e socialização, além de despertar a criatividade e contribuir para o processo ensino aprendizagem.

O Teatro explora as expressões corporais e vocais, proporcionando a representação de si e de outros, exercitando a empatia e a reflexão sobre como agir em circunstâncias diversas.

Todas as linguagens buscam empoderar os estudantes, tornando-os protagonistas de suas histórias, fortalecendo a troca de ideias e o trabalho individual, coletivo e colaborativo.

12.5.2.2 Área da Matemática

De acordo com a BNCC “o conhecimento matemático é necessário para todos os alunos da Educação Básica, seja por sua grande aplicação na sociedade contemporânea, seja pelas suas potencialidades na formação de cidadãos críticos, cientes de suas responsabilidades sociais”. (BRASIL, 2018b, p. 265).

A Matemática não se restringe apenas à contagem, medição de objetos, grandezas e das técnicas de cálculo com os números e com as grandezas, pois também estuda a incerteza proveniente de fenômenos de caráter aleatório. A Matemática cria sistemas abstratos, que organizam e inter-relacionam fenômenos do espaço, do movimento, das formas e dos números, associados ou não a fenômenos do mundo físico.

No Ensino Fundamental, essa área, por meio da articulação de seus diversos campos, Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade, precisa garantir que os alunos relacionem observações empíricas do mundo real a representações (tabelas, figuras e esquemas) e associam essas representações a uma atividade matemática (conceitos e propriedades), fazendo induções e conjecturas.

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2018a), o Ensino Fundamental deve ter compromisso com o desenvolvimento do letramento matemático, definido como as competências e habilidades de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente, de modo a favorecer o estabelecimento de conjecturas, a formulação e a resolução de problemas em uma variedade de contextos, utilizando conceitos, procedimentos,

fatos e ferramentas matemáticas. É também o letramento matemático que assegura aos alunos reconhecer que seus conhecimentos são fundamentais para a compreensão e a atuação no mundo. É seu papel também fazer os alunos perceberem o caráter de jogo intelectual da matemática, como aspecto que favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico e crítico e que estimula a investigação, percebendo que esse processo pode ser prazeroso (fruição).

O desenvolvimento dessas habilidades está intrinsecamente relacionado a algumas formas de organização da aprendizagem matemática, com base na análise de situações da vida cotidiana, de outras áreas do conhecimento e do próprio componente curricular. Os processos matemáticos de resolução de problemas, de investigação, de desenvolvimento de projetos e da modelagem podem ser citados como formas privilegiadas da atividade matemática, motivo pelo qual são, ao mesmo tempo, objeto e estratégia para a aprendizagem ao longo de todo o Ensino Fundamental. Esses processos de aprendizagem são potencialmente ricos para o desenvolvimento de competências fundamentais para o letramento matemático (raciocínio, representação, comunicação e argumentação) e para o desenvolvimento do pensamento computacional. As competências específicas de matemática para o Ensino Fundamental são:

- Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho;
- Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo;
- Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções;
- Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes; Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver

problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados;

- Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático- utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados);
- Desenvolver e/ou discutir projetos que abordam, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza;
- Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

A seguir se encontra a descrição do componente Matemática que compõe essa área do conhecimento.

12.5.2.2.1 Matemática

A Matemática é uma construção humana que relaciona tudo ao nosso redor, analisando sistemas abstratos, que organizam e inter-relacionam fenômenos do espaço, do movimento, das formas e dos números, associados ou não ao mundo físico, social e cultural.

A contextualização da matemática com o cotidiano do aluno é de suma importância para permitir maiores possibilidades de compreender os motivos pelos quais estuda um determinado conteúdo, dando significado a esses. Essa contextualização propicia desenvolver a capacidade de argumentação e conexão de ideias, dando significado ao conhecimento matemático fora da sala de aula.

Para assegurar o direito à aprendizagem dos conhecimentos matemáticos considerados essenciais para a formação humana integral, a BNCC (BRASIL, 2018b) propõe um conjunto de habilidades relacionadas aos diferentes objetos de conhecimentos, organizados em unidades temáticas, sendo elas:

- Números: desenvolver o pensamento numérico, que implica o conhecimento de maneiras de quantificar atributos de objetos e de julgar e interpretar argumentos baseados em quantidades;
- Geometria: preocupa-se com o estudo de posição e deslocamentos no espaço, formas e relações entre elementos de figuras planas e espaciais, o que leva ao desenvolvimento do pensamento geométrico dos estudantes. Esse pensamento é necessário para investigar propriedades, fazer conjecturas e produzir argumentos geométricos convincentes;
- Álgebra: desenvolver um tipo especial de pensamento – pensamento algébrico – que é essencial para utilizar modelos matemáticos na compreensão, representação e análise de relações quantitativas de grandezas e, também, de situações e estruturas matemáticas, fazendo uso de letras e outros símbolos;
- Grandezas e Medidas: propõe o estudo das medidas e das relações entre elas, favorecendo a integração da Matemática a outras áreas de conhecimento, tendo como ideias fundamentais a equivalência, proporcionalidade, representação, interdependência, variação e aproximação;
- Probabilidade e Estatística: são estudados a incerteza e o tratamento de dados/informações. Ela propõe a abordagem de conceitos, fatos e procedimentos presentes em muitas situações-problema da vida cotidiana, das ciências e da tecnologia. Assim, todos os cidadãos precisam desenvolver habilidades para coletar, organizar, representar, interpretar e analisar dados em uma variedade de contextos, de maneira a fazer julgamentos bem fundamentados e tomar as decisões adequadas.

O conhecimento matemático reúne um conjunto de ideias fundamentais que se articulam entre si, perpassando e integrando as unidades temáticas. Cabe destacar que em todas as unidades temáticas, a delimitação dos objetos de conhecimento e das habilidades considera que as noções matemáticas são retomadas, ampliadas e aprofundadas ano a ano da escolaridade.

Nessa lógica, o professor como mediador do processo educativo, ao planejar sua prática pedagógica, deve considerar que, para aprendizagem de conceitos ou procedimentos matemáticos, é fundamental diversificar as estratégias e os recursos didáticos, entre eles os tecnológicos, os jogos, os desafios. Ou seja, deve-se considerar que as escolhas metodológicas devem proporcionar um contexto significativo para os estudantes.

12.5.2.3 Área de Ciências Humanas

De acordo com a BNCC, a área de Ciências Humanas contribui para que os estudantes desenvolvam a cognição in situ, ou seja, sem prescindir da contextualização marcada pelas noções de tempo e espaço, conceitos fundamentais da área. Cognição e contexto são categorias elaboradas conjuntamente, em meio a circunstâncias históricas específicas, nas quais a diversidade humana deve ganhar especial destaque, com vistas ao acolhimento da diferença. O raciocínio espaço-temporal baseia-se na ideia de que o ser humano produz o espaço em que vive, apropriando-se dele em determinada circunstância histórica.

Embora o tempo, o espaço e o movimento sejam categorias básicas na área de Ciências Humanas, não se pode deixar de valorizar também a crítica sistemática à ação humana, às relações sociais e de poder e, especialmente, à produção de conhecimentos e saberes, frutos de diferentes circunstâncias históricas e espaços geográficos. O ensino de Geografia e História, ao estimular os estudantes a desenvolver uma melhor compreensão do mundo, não só favorece o desenvolvimento autônomo de cada indivíduo, como também os tornam capazes de intervir de forma mais responsável no mundo em que vivem.

As Ciências Humanas devem estimular uma formação ética, elemento fundamental para a formação das novas gerações, auxiliando os estudantes a construir um sentido de responsabilidade para valorizar: os direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais.

Ao longo de toda a Educação Básica, o ensino das Ciências Humanas deve promover explorações sociocognitivas, afetivas e lúdicas capazes de potencializar sentidos e experiências com saberes sobre a pessoa, o mundo social e a natureza. Dessa maneira, a área contribui para a condensação de conhecimentos sobre a participação no mundo social e a reflexão sobre questões sociais, éticas e políticas, fortalecendo a formação dos estudantes e o desenvolvimento da autonomia intelectual, bases para uma atuação crítica e orientada por valores democráticos.

Desde a Educação Infantil, os estudantes já expressam percepções simples, mas bem definidas, de sua vida familiar, seus grupos e seus espaços de convivência. No cotidiano, por exemplo, desenham familiares, identificam relações de parentesco, reconhecem a si mesmos em fotos, guardam datas e fatos, sabem a hora de dormir e de ir para a escola, negociam horários, fazem relatos orais e revisitam o passado por meio de jogos, cantigas e brincadeiras

ensinadas pelos mais velhos. Com essas experiências, começam a levantar hipóteses e a se posicionar sobre determinadas situações.

No decorrer do Ensino Fundamental, os processos de investigação em Ciências Humanas devem contribuir para que os alunos desenvolvam a capacidade de observação de diferentes indivíduos, situações e objetos que trazem à tona dinâmicas sociais em razão de sua própria natureza. A Geografia e a História, ao longo dessa etapa, trabalham o reconhecimento do “eu” e o sentimento de pertencimento dos estudantes à vida da família e da comunidade.

Em suma, a área de Ciências Humanas deve propiciar aos estudantes a capacidade de interpretar o mundo, de compreender processos e fenômenos sociais, políticos e culturais e de atuar de forma ética, responsável e autônoma diante de fenômenos sociais e naturais.

- As competências específicas de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental são: Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos;
- Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo;
- Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social;
- Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza;
- Comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em outros, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em outros;
- Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas;
- Negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;

- Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado à localização, distância, direção, duração e simultaneidade.

Na sequência, segue a descrição dos componentes curriculares de História e Geografia.

12.5.2.3.1 História

No componente curricular História, o historiador indaga com vistas a identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes. Nesse sentido, o importante no conhecimento histórico é perceber a forma como os indivíduos construíram, com diferentes linguagens, suas narrações sobre o mundo em que viveram e vivem, suas instituições e organizações sociais. O exercício do “fazer história”, de indagar, é marcado, inicialmente, pela constituição de um sujeito.

A BNCC rompe tanto com a cronologia, quanto com a visão eurocêntrica da história tradicional. Entram em cena novos atores, novas sociedades, novos caminhos, que sempre estiveram na História, mas nem sempre receberam a devida importância.

Acompanhando a BNCC e o RCG, o componente de História mantém seu foco na aprendizagem dos alunos nos diferentes tempos e espaços, tendo a preocupação de integrar o currículo com a diversidade regional de nosso Estado. Também, é importante contemplar os temas integradores como ética, cidadania, cultura e valorização das diversidades, assegurando a multiplicidade de olhares sobre o mundo.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a prioridade é a construção e o embasamento do conhecimento. Assim, a aprendizagem parte do “eu”, do “outro” e do “nós”, até a vida em sociedade e na cidade. A complexidade aumenta no 4º e 5º ano, em que são analisados processos mais longínquos na escala temporal, como a circulação dos primeiros grupos humanos. Ainda no 5º ano, a ênfase está em pensar a diversidade dos povos e das culturas e suas formas de organização. A noção de cidadania, com direitos e deveres, e o reconhecimento da diversidade das sociedades pressupõem uma educação que motive o convívio e o respeito entre os povos.

A BNCC e o RCG não são currículos sobrepostos, mas um caminho que deve ser percorrido. Aquilo que é importante para a comunidade escolar deve ser contemplado no Projeto Político Pedagógico e no currículo, mostrando que a escola é um espaço vivo.

12.5.2.3.2 Geografia

Para compreender a ciência geográfica, exige-se uma visão clara a respeito da constituição de sua teoria: suas leis e princípios, os quais permitem analisar um determinado fenômeno. Pensar a Geografia requer uma revisão minuciosa e detalhada dos conceitos que lhe dão forma. Como Ciência Social, a Geografia tem como objeto de estudo a sociedade, que é objetivada pela análise de cinco conceitos-chaves que entre si guardam forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana sobre a superfície terrestre: espaço, lugar, território, região e paisagem.

Em diálogo sistemático com a BNCC, a qual estabelece, em linhas gerais, as “aprendizagens essenciais” que devem ser asseguradas aos alunos da Educação Básica no desenrolar de sua vivência escolar, produz-se um direcionamento curricular estadual capaz de atender às demandas e particularidades locais desse complexo e diversificado espaço sul-rio-grandense.

As diretrizes curriculares da Geografia funcionam como norteadoras da estruturação dos currículos escolares e os desdobramentos que na prática ocorrerão em sua transposição didática. Dividem-se em cinco eixos temáticos: o sujeito e seu lugar no mundo, conexões e escalas, mundo do trabalho, formas de representação e pensamento espacial, natureza, ambientes e qualidade de vida. Esses eixos são comuns a todos os anos do Ensino Fundamental e, a partir deles, ocorrem desdobramentos em objetos de conhecimento e a inserção de habilidades que potencializam a consecução das competências gerais da BNCC, tendo como perspectiva a progressão contínua e espiralar das aprendizagens.

Portanto, tanto o componente curricular História como o componente Geografia estão em plena sintonia com a BNCC, pois também têm o compromisso com a educação integral do estudante, pensando na sua formação e desenvolvimento global, visando a construção de uma sociedade justa, ética, responsável, democrática, inclusiva, sustentável e solidária.

12.5.2.4 Área das Ciências da Natureza

Na área de Ciências da Natureza, o currículo traz uma proposta de concepção do conhecimento contextualizado na realidade local, social e individual do estudante. Nessa perspectiva, o estudante é visto como um ser investigativo, capaz de criar hipóteses e desenvolver soluções, inclusive tecnológicas, para os diversos problemas pertinentes ao seu dia a dia.

As ciências naturais, associadas às tecnologias, propiciam a contextualização necessária para o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo dos estudantes, para a construção de uma sociedade e de um ambiente mais sustentável. Sendo assim, o currículo das Ciências da Natureza e suas tecnologias está organizado em habilidades que deverão ser desenvolvidas de forma progressiva e espiral, dialogando com as demais áreas do conhecimento e seus respectivos componentes, à luz dos objetos de conhecimento e habilidades da BNCC. Dessa forma o município propõe dentro da área das ciências da natureza o componente curricular de iniciação científica para os anos finais e como aulas de projeto para os anos iniciais.

A seguir a descrição do componente curricular de ciências e iniciação científica.

12.5.2.4.1 Ciências

A ciência instiga os estudantes a questionar e divulgar seus conhecimentos, utilizando-se de tecnologias existentes ou mesmo desenvolvendo-as para aplicação no seu cotidiano e na sociedade como um todo. Mais do que conhecer conceitos, a ciência tem como objetivo instrumentar e capacitar o estudante para que consiga compreender e interpretar o mundo, bem como transformá-lo, tendo consciência de suas ações e consequências, as quais podem interferir no ambiente em que vive tornando a sociedade mais sustentável. Para tanto, os discentes devem ser motivados a ir além do conhecimento já predefinido, exercitando e utilizando a observação, a experimentação e a investigação como ferramentas de estudo, entendimento e compreensão dos mais diversos fenômenos químicos, físicos e biológicos.

O currículo das ciências está dividido em três unidades básicas:

- Terra e Universo: busca-se a compreensão de características da Terra, do Sol, da Lua e de outros corpos celestes – suas dimensões, composição, localizações,

movimentos e forças que atuam entre eles. Ampliam-se experiências de observação do céu, do Planeta Terra e dos principais fenômenos celestes;

- **Vida e Evolução:** propõe o estudo de questões relacionadas aos seres vivos, suas características e necessidades e a vida como fenômeno natural e social, bem como os elementos essenciais à sua manutenção e à compreensão dos processos evolutivos que geram a diversidade de formas de vida no planeta. Estudam-se características dos ecossistemas, destacando-se as interações entre os fatores bióticos e abióticos;
- **Matéria e Energia:** contempla o estudo de materiais e suas transformações, fontes e tipos de energia utilizados na vida em geral, na perspectiva de construir conhecimento sobre a natureza da matéria e os diferentes usos da energia e tecnologias.

Nos anos iniciais, as experiências e vivências dos estudantes devem ser o ponto de partida para a sistematização do conhecimento científico. O aprendizado da ciência deve acontecer de forma natural com realização de experiências, com elementos concretos, aguçando a curiosidade e incentivando a formulação de perguntas e o protagonismo dos estudantes no uso de tecnologias digitais e experimentais.

12.5.2.4.2 Iniciação Científica

A iniciação científica se define por um conjunto de atividades orientadas e planejadas na busca pelo conhecimento. Dessa forma, constitui-se como um significativo recurso, cuja intenção é obter informações acerca de um determinado tema, procurando satisfazer uma necessidade inerente ao ser humano, representada pela busca constante de informações. A partir de um estudo realizado sobre determinado tema, o pesquisador tem a oportunidade de aprender por meio de um aprendizado de forma mais autônoma, assim tornando o estudante protagonista de seu próprio conhecimento, justamente porque passará, por meio de várias leituras e reflexões, a dialogar com opiniões de diferentes autores, posicionando-se como alguém questionador.

Sendo assim a iniciação científica tem como objetivo proporcionar ao estudante o aprendizado de técnicas e métodos científicos, além de estimular o desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade.

A pesquisa científica é um instrumento fundamental para a construção e propagação do conhecimento, pois procura estimular a busca por respostas para os fenômenos observados,

produzir novas descobertas, auxiliar no crescimento do raciocínio lógico, no desenvolvimento do pensamento crítico e melhorar o comportamento ético dos estudantes.

Na sequência, destacamos as principais competências essenciais do ensino da Iniciação Científica:

- Compreender e elaborar argumentos lógicos;
- Refletir sobre a pesquisa científica e as possibilidades da construção de novos saberes;
- Identificar as fontes de pesquisa e refletir sobre a confiabilidade e formas de utilização apropriadas dessas fontes;
- Relacionar-se de forma ética com os grupos, respeitando as diferenças individuais.
- Ampliar os saberes dos alunos em diferentes áreas do conhecimento;
- Favorecer o aprimoramento dos alunos quanto a conteúdos atitudinais: responsabilidade, comprometimento, disponibilidade, respeito, etc.

Como habilidades essenciais do ensino da Iniciação Científica apontamos:

- Argumentar de forma crítica, com precisão e objetividade;
- Compreender e aplicar os diversos métodos e técnicas da pesquisa científica;
- Identificar as fontes de pesquisa e utilizá-las, conforme o trabalho a ser desenvolvido;
- Compreender e utilizar técnicas de estudo;
- Elaborar trabalhos científicos com ajuda do professor conforme os métodos e técnicas da pesquisa científica;
- Desenvolver habilidades para a produção do conhecimento;
- Estimular a criatividade e a autonomia no processo de aprendizagem;
- Incentivar a discussão teórica colaborativa e o trabalho em grupo;
- Instigar a leitura e a produção de artigos científicos.
- Incentivar, experimentar e explicar de forma lúdica um experimento científico aos estudantes.

12.5.2.5 Área de Ensino Religioso

De acordo com o RCG (RS, 2018b, p. 50),

o Ensino Religioso, reconhecido como parte integrante da formação básica do educando, tem sua posição demarcada no currículo do Ensino Fundamental, seja disciplina ou área do conhecimento, dada sua presença efetiva na BNCC. Essa posição ratifica a obrigatoriedade de sua oferta pelas instituições de ensino.

Em São José do Hortêncio, as escolas buscam, através do componente Curricular do Ensino Religioso, oportunizar aos estudantes compreenderem questões referentes à existência humana, ajudando-os a adquirir consciência de si mesmo, do seu meio, além de levá-los a desempenhar seu papel na comunidade, na sociedade. A educação é uma construção contínua do ser humano, do seu saber e das suas aptidões, da sua capacidade de discernir e agir, que o acompanha ao longo de toda a vida. Nesse sentido, a educação deve gerar ambientes de aprendizagem em que o ser humano seja compreendido na sua multidimensionalidade como um ser indiviso em sua totalidade, com seus diferentes estilos de aprendizagem e suas distintas formas de resolver problemas.

Portanto, compete ao Ensino Religioso abordagens religiosas, morais, éticas e científicas, sem privilégio a nenhuma crença ou convicção, considerando a existência de filosofias seculares de vida, fundamentadas nos seguintes preceitos, dispostos na BNCC:

- Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos morais e éticos;
- Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios;
- Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida;
- Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver;
- Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente;
- Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura da paz.

A seguir, encontra-se a descrição do único componente curricular da área Ensino Religioso.

12.5.2.5.1 Ensino Religioso

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2018b, p. 436),

o ser humano se constrói a partir de um conjunto de relações tecidas em determinado contexto histórico-social, em um movimento ininterrupto de 47 apropriação e produção cultural. Nesse processo, o sujeito se constitui enquanto ser de imanência (dimensão concreta, biológica) e de transcendência (dimensão subjetiva, simbólica).

É a partir dessas dimensões que conseguimos nos relacionar conosco mesmos, com a natureza e com as divindades, percebendo-nos como iguais e diferentes.

Nesse sentido, o componente curricular de Ensino Religioso apresenta unidades temáticas as quais seguem:

- Identidades e Alteridades;
- Manifestações Religiosas;
- Crenças Religiosas e Filosofias de Vida.

A escola, além do exposto acima, abordará questões voltadas ao estudo e respeito das diferentes crenças religiosas, manifestações e filosofias de vida e outras temáticas, como: bullying, respeito, fraternidade, amor, respeito a diversidades, racismo, ações que envolvam a ajuda ao próximo, enfim, compreender que todos somos iguais e devemos respeitar as diferenças de cada um.

12.6 COMPETÊNCIAS GERAIS

Conforme Perrenoud (1999), competência é a capacidade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos, a fim de solucionar de forma eficaz algumas situações. Assim, o sujeito, para ser competente, deve, além de dominar conhecimentos, mobilizá-los e aplicá-los de maneira adequada em cada situação.

No século atual, a partir das transformações sociais, culturais e tecnológicas, outras competências, para além das cognitivas, passam a ser ainda mais necessárias. Conforme o RCG (RS, 2018), “as competências pessoais e sociais estão organizadas em autoconsciência, autogestão, consciência social, habilidades de relacionamento e tomada de decisão responsável”. Todas essas competências devem transcorrer a formação dos sujeitos em todos os componentes curriculares e áreas do conhecimento, em um movimento espiralado.

As dez competências da BNCC têm como objetivo garantir uma formação integral que devem ser trabalhadas de forma interdisciplinar envolvendo todos os componentes curriculares.

A seguir, as competências gerais da Educação Básica descritas na BNCC:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas;
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural;
4. Utilizar diferentes linguagens- verbal (oral ou visual-motora), como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital-, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo;
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva;
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade;
7. Argumentar, com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o

consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta;

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas;
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza;
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

12.7 INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE

A partir do Referencial Curricular Gaúcho e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade devem primar pela transversalidade do conhecimento nos diferentes componentes curriculares, proporcionando a interlocução entre os saberes e as mais variadas formas do conhecimento, rompendo a lógica do conteúdo isolado. Dessa forma, organizar o currículo interdisciplinarmente significa promover o diálogo entre os conhecimentos e, para isso, pressupõe também o diálogo entre os professores.

A interdisciplinaridade tem como objetivo promover a interação entre as disciplinas, tornando o conhecimento mais significativo, deixando de ser fragmentado, possibilitando ao aluno ver de diferentes formas um mesmo fato.

A transdisciplinaridade tem como objetivo alcançar a unificação dos saberes, relacionando diversas disciplinas de modo que possam amparar-se mutuamente e preservar as suas singularidades.

No contexto escolar, a interdisciplinaridade é a capacidade de utilizar diferentes conhecimentos para resolver um fenômeno apresentado (social, político, cultural, ambiental, entre outros). É importante sublinhar que a interdisciplinaridade pressupõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação ou um plano de intervenção. (RS, 2018, p.30).

Nesse sentido, o professor atua como um mediador do processo de ensino e de aprendizagem, auxiliando os estudantes a aprender conteúdos relacionados. “O professor desempenha papel fundamental na organização de atividades e na formulação de situações que propiciem aos estudantes oportunidades de compreensão das aprendizagens significativas”. (RS, 2018, p.30,31).

A transdisciplinaridade, mesmo sendo um desafio, acredita-se que é possível avançar nas práticas pedagógicas, buscando cada vez mais a qualidade na educação e a aprendizagem com significado. A inter e a transdisciplinaridade se faz na prática, não se aprende, não tem um conceito fechado, mas acontece a partir da experiência e da prática diária.

Acredita-se que essa integração deve ser colocada em prática a partir da metodologia de aprendizagem baseada em projetos, construindo e vivenciando atitudes e valores de cooperação e cidadania para uma educação integral. Outra forma de colocar em prática é através dos temas contemporâneos, mencionados no RCG (2018), constituído de questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Educação Alimentar e Nutricional, da Saúde e da Orientação Sexual e as Transformações da Tecnologia no Século XXI, entre outros temas que poderão ser elencados de acordo com os interesses e as necessidades da escola e dos estudantes.

12.8 CIÊNCIA E TECNOLOGIA APLICADAS À EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI

Considerando a era do conhecimento digital, vive-se em um século com muitos desafios para escola, pois surge a necessidade de qualificar-se para trabalhar com as tecnologias da informação e comunicação, renovando as práticas pedagógicas, de forma a acompanhar as transformações no século XXI e atribuir cada vez mais significação às aprendizagens.

Há que se considerar, ainda, que a cultura digital tem promovido mudanças sociais significativas nas sociedades contemporâneas. Em decorrência do avanço e da multiplicação das tecnologias de informação e comunicação e do crescente acesso a elas pela maior disponibilidade de computadores, telefones celulares, tablets e afins, os estudantes estão dinamicamente inseridos nessa cultura, não somente como consumidores. Os jovens têm se engajado cada vez mais como protagonistas da cultura digital, envolvendo-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal e de atuação social em rede, que se realizam de modo cada vez mais ágil. (BRASIL, 2018b, p.61).

Nesse sentido, a cultura digital impõe desafios à escola no que se refere ao seu papel na formação das novas gerações. Cabe aos professores ajudar as crianças a selecionar as

informações e transformá-las em conhecimento, fomentando uma postura crítica em relação ao conteúdo e às múltiplas ofertas midiáticas e digitais. “Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes”. (BRASIL, 2018b, p.61).

A escola deve utilizar os diferentes e modernos métodos de aprendizagem, integrando tecnologias novas e antigas, de maneira que o estudante seja protagonista de seu processo de aprendizagem. Vale destacar que a utilização dos recursos tecnológicos deve ter intencionalidades pedagógicas. Junto às tecnologias surgem novas metodologias que promovem

[...] a participação efetiva dos estudantes, a humanização dos processos escolares e a implantação de metodologias ativas, nas quais o projeto pedagógico contemple a nova realidade escolar, com inúmeras alternativas de interações, conexões, experiências, ensino pela pesquisa, descobertas e desafios. (RS, 2018, p.32).

Nessa perspectiva, os estudantes não são mais telespectadores, mas sim sujeitos em constante interação com o conhecimento. O professor, por sua vez, não é mais o detentor do saber, mas um mediador do processo ensino aprendizagem e deve fomentar a formação de sujeitos curiosos, reflexivos, pesquisadores, críticos, criativos, autores e protagonistas.

12.9 AÇÃO PEDAGÓGICA

Uma prática pedagógica precisa ser compreendida além das paredes da escola. É necessário, sem dúvida, que seja muito bem planejada, com propósitos claros por parte do professor. Por isso, o docente precisa saber exatamente onde pretende chegar em relação ao que constrói com os educandos. Os propósitos da ação pedagógica não se dissociam do currículo escolar, precisam, assim, ter uma relação sólida com o cotidiano do aluno, suas interações sociais, na busca da qualidade de sua vida.

Por isso, a necessidade dessa ação ser pautada na realidade social dos alunos, considerando em especial sua família e comunidade, buscando compreender os conhecimentos prévios trazidos pelos educandos, para que, dessa maneira, seja significativa e possa ser pensada e planejada com coerência por parte do professor.

Paulo Freire, em seus estudos, sempre destacou a importância de construir os conhecimentos observando as curiosidades dos alunos e não simplesmente transferir os conhecimentos. Na visão de Freire (1996), o sentido de ensinar é fazer com que o ser humano

veja novos padrões de vida, novas formas de perceber, ser, pensar e agir, e que vão auxiliar no uso do conhecimento, na resolução de problemas, construções de novos significados e pensamentos. O autor ainda afirma:

E para que o indivíduo tenha experiências intelectuais estimulantes e socialmente relevantes é preciso à mediação do professor com boa conduta e domínio dos conhecimentos que deve ensinar e dos meios para fazê-lo com eficácia. O educador deve saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (FREIRE, 1996, p. 47).

Torna-se importante salientar que toda ação pedagógica precisa dialogar com a necessidade do aluno, na busca por seu autoconhecimento e, por fim, contemplar um desenvolvimento integral e abrangente de suas potencialidades humanas.

12.10 CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é uma reunião, encontro em que professores, equipe pedagógica e direção se reúnem trimestralmente para discutir acerca da aprendizagem dos estudantes, o desempenho dos docentes, os resultados das estratégias de ensino empregadas, a adequação da organização curricular e outros aspectos referentes a esse processo, a fim de avaliá-lo coletivamente, mediante diversos pontos de vista.

O Conselho de Classe tem como objetivo refletir acerca da aprendizagem dos alunos e o processo de ensino, favorecendo uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma e/ou estudante.

Nesse encontro, mais do que decidir se os estudantes serão aprovados ou não, objetiva-se encontrar os pontos de dificuldade tanto dos estudantes quanto da própria instituição de ensino na figura de seus professores e organização escolar.

O Conselho de Classe, enquanto instrumento de avaliação, requer que os alunos estejam sendo constantemente observados pelos professores e demais profissionais que compõem a instituição de ensino. Para isso, a avaliação deve ser cotidiana, pois todo o dia, toda a semana, até o final do trimestre ou ano, cada aluno deve estar sendo percebido pelos professores que trabalham com ele. Ao observar, diagnosticar e registrar, são extraídos saberes sobre cada aluno de forma a enquadrá-lo dentro de uma determinada categoria de desenvolvimento que definem alvos a serem alcançados por todos. Nesta prática avaliativa,

cada aluno deve ser visto individualmente, em suas singularidades de comportamentos, aprendizagens e histórias particulares.

Para cumprir sua função, o Conselho de Classe exige dos professores um olhar cotidiano detalhado sobre cada indivíduo para que, durante a reunião, possam contar, explicar, lembrar e definir, a partir daquilo que observaram e obtiveram como informação sobre a aprendizagem, o desenvolvimento e a história de vida de cada aluno, assim como o tipo de progressão adequada para cada um deles.

Além do conselho de classe, a escola possui outro momento anterior ao conselho de classe, o pré-conselho. O pré-conselho ocorre trimestralmente com os professores, equipe pedagógica, equipe diretiva e outros profissionais que acompanham a turma para realizar o levantamento de dados sobre o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, através das observações realizadas durante este período. Após esse encontro a equipe pedagógica dialoga com os responsáveis dos estudantes que apresentam dificuldades para pensarem juntos em possíveis intervenções que possam sanar as dificuldades apresentadas para de fato atingir os objetivos propostos da instituição de ensino.

12.11 AVALIAÇÃO

A avaliação desempenha um papel de grande importância na prática escolar e precisa ser vista como uma ação que possibilita analisar, pensar e rever vários aspectos, a fim de que possamos alcançar melhores resultados. É preciso entendê-la como um instrumento de análise do processo pedagógico de cada educando, onde se busca verificar as evoluções ocorridas, perceber as dificuldades para que possam ser superadas. É uma ação permanente que envolve acompanhamento, observação por parte de todos os envolvidos, aluno, professor e família.

Esse deve ser o verdadeiro sentido da avaliação: observar o que precisa ser reformulado, o que precisa ser repensado, para propor mudanças e favorecer a aprendizagem dos alunos, encontrando novas formas que estimulem os educandos. Ventiles (2007, p. 76) diz que “[...] a avaliação deve ter como objetivo principal ações pedagógicas transformadoras capazes de contribuir no processo de aprendizagem e superação [...]”.

A LDB (BRASIL, 1996) dispõe que a avaliação deverá ser contínua e que os aspectos qualitativos terão mais relevância do que os quantitativos, enfatizando que “a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais

provas finais;” Sendo assim, deve-se considerar todo o caminho percorrido pelo aluno, mesmo que o progresso seja inferior ao esperado.

Por muito tempo, a avaliação desempenhou apenas um papel classificatório, sendo uma forma de amedrontar os educandos, em que se priorizava apenas a atribuição de notas aos alunos. Essa forma de avaliar, felizmente, vem sendo deixada no passado, pois é primordial olhar para cada estudante individualmente, observar o contexto em que está inserido, percebendo com atenção suas necessidades e dificuldades, para que seja possível traçar metas para o avanço, progresso em seu processo de aprendizagem.

Conforme o RCG (RS, 2018), a formação de quem avalia, no caso, a do professor, é que confere legitimidade técnica à avaliação. Assim, as concepções de avaliação priorizadas são aquelas em que se podem avaliar os estudantes de maneira que a avaliação não represente uma punição, seleção ou classificação, mas sim, um diagnóstico das aprendizagens e não aprendizagens, bem como da prática do próprio professor. Ela deve servir de subsídio para uma reflexão e para o redimensionamento, se for o caso, da ação docente.

Hoffmann (1998, p. 21) ressalta:

Para compreender cada aluno, portanto, é necessário recorrer à sua história e às condições concretas de sua existência, uma vez que as interações de cada pessoa com o meio abrangem significações de caráter biofisiológico, afetivo, cognitivo e social, o que representa a crescente e evolutiva individualidade de cada um a partir de sua capacidade de autotransformação para a adaptação às necessidades exteriores.

Cabe destacar que as crianças, jovens e adultos aprendem de diferentes formas e em diferentes tempos. Por isso a importância de considerar a singularidade de cada sujeito, não comparando o desenvolvimento de um com o outro, mas sim fazendo uma reflexão dos avanços de cada estudante em relação a ele mesmo. De acordo com o RCG (RS, 2018, p.34-35), “o foco da avaliação é fornecer informações acerca das ações de aprendizagem, ela diz respeito à construção da autonomia por parte do estudante, na medida em que lhe é solicitado um papel ativo em seu processo de aprender”. Assim, a avaliação deve ocorrer em uma perspectiva interacionista e dialógica, comprometendo todos os segmentos da comunidade escolar em relação ao processo de construção e avaliação do conhecimento. Nesse sentido, entendemos que o sucesso do estudante não depende exclusivamente dele ou do professor, mas também responsabilidade da família e do contexto social em que está inserido. Para tanto, ao elaborar seu planejamento, o professor deve prever os indicadores, instrumentos e critérios claros como sistemática de avaliação, diversificando os instrumentos avaliativos.

A avaliação dos estudantes ocorre trimestralmente, sendo no 1º e 2º ano através de parecer descritivo, onde o professor relata o processo de desenvolvimento do aluno, ainda enriquecendo o mesmo com o portfólio construído através das atividades realizadas pelos estudantes. Já a partir do 3º ano ao 9º ano, a avaliação ocorre através de nota, tendo no primeiro e segundo trimestre a nota mínima de dezoito pontos e a nota máxima de trinta pontos e no terceiro trimestre a nota mínima de vinte e quatro pontos e a nota máxima de quarenta pontos, assim totalizando a nota mínima anual de sessenta pontos e a máxima de cem pontos. O estudante é promovido de um ano para o outro ano se alcançar, no somatório dos trimestres, média igual ou superior a sessenta, e frequência superior a setenta e cinco por cento. Em caso de não alcançar o somatório mínimo nos três trimestres, ou seja, não alcançando a média final terá a oportunidade de realizar estudos de recuperação.

A recuperação terá como objetivo proporcionar aos estudantes que demonstraram rendimento insuficiente, oportunidade de aproveitamento e aprovação. Os estudos de recuperação serão planejados e aplicados em função das necessidades individuais, considerando a deficiência da aprendizagem. A mesma será desenvolvida paralelamente às atividades regulares dos estudantes à medida que forem constatadas dificuldades ou falhas na aprendizagem. A recuperação será planejada pelo professor atendendo as necessidades de revisão e reforço nos conteúdos e objetivos considerados não atingidos pelos estudantes e os que forem básicos, ou pré-requisitos para o ano seguinte. Ao realizar a recuperação, o estudante que obtiver nota menor que a média, permanecerá com a nota maior.

A recuperação de estudos deverá constituir um conjunto integrado ao processo de ensino, além de se adequar às dificuldades dos estudantes. Realizada durante o ano letivo, destina-se a corrigir as deficiências que ainda persistam, apesar dos estudos de recuperação realizados durante o período letivo.

Trimestralmente ocorre a entrega de boletins para os responsáveis pelo estudante.

12.12 CLASSE DE ACELERAÇÃO

A LDB (BRASIL, 1996), em seu artigo 24, inciso V, alínea “b” prevê a aceleração de estudos para estudantes com atraso escolar, visando aperfeiçoar o processo de utilização de recursos e materiais pedagógicos existentes na escola, assim como diversificar os encaminhamentos metodológicos realizados pelos professores dessas turmas.

A classe de aceleração tem como justificativa corrigir a distorção idade/ano dos estudantes que estão cursando os anos finais do Ensino Fundamental, assim como garantir

qualidade no processo de ensino-aprendizagem das turmas de aceleração de estudos. São considerados alunos com defasagem idade/ano, pelo programa, aqueles que ultrapassaram em dois anos ou mais a idade regular prevista para o ano em que estão matriculados. Os alunos participantes das turmas de aceleração de estudos poderão, ao final do ano letivo, acelerar até dois anos de estudos.

12.13 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A formação continuada de cada professor e dos demais profissionais da Educação é um aspecto muito importante a ser considerado, pois ao escolher essa área, assume-se o compromisso de ser um eterno estudante, de acompanhar as transformações do mundo contemporâneo e de estar aberto para renovar o fazer pedagógico. Essa formação também acontece no dia a dia da escola, a partir das experiências e da prática educativa. Para isso, compreende-se o professor como um sujeito reflexivo, crítico e investigador de sua própria prática, pensando em estratégias e redimensionando sua ação pedagógica quando necessário.

Ser professor atualmente exige

[...] mais do que um conjunto de habilidades cognitivas, sobretudo se ainda for considerada a lógica própria do mundo digital e das mídias em geral, o que pressupõe a aprender a lidar com os nativos digitais. Além disso, lhe é exigida como pré-requisito para o exercício da docência, a capacidade de trabalhar cooperativamente, em equipe, e de compreender, interpretar e aplicar a linguagem e os instrumentos produzidos ao longo da evolução tecnológica, econômica e organizativa. (BRASIL, 2013, p. 59).

Nesse sentido, acreditamos que a formação continuada de professores da educação deve ser um processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade dos educadores para renovar as práticas pedagógicas e as metodologias utilizadas com os estudantes, com vista ao desenvolvimento de uma aprendizagem significativa.

Diante desse exposto, salienta-se que o município promove, no início do ano e durante o decorrer do ano letivo, formações aos docentes, atendentes, monitores e demais profissionais da Educação, através de seminários relacionados à prática docente, palestras motivadoras, congressos, a partir de temas de interesse ou de necessidades que surgem do dia a dia da escola. O município também participa de formações oferecidas por parceiros de educação.

A escola realiza ainda encontros semanais, as reuniões pedagógicas, oportunizando planejamento coletivo entre os professores, momentos que ocorrem diferentes trocas de experiências, tanto de leitura e discussão de materiais teóricos, demandas da escola,

planejamento de ações para atingir os estudantes com dificuldades de aprendizagem, entre outros, assim como um trabalho pedagógico que auxilie especialmente os professores de forma que sua formação contribua e acrescente permanentemente para a melhoria da qualidade das aulas e conseqüentemente um resultado positivo no ensino em geral. Uma vez ao mês também é proporcionada uma reunião administrativa, onde abordamos questões de organização e demais demandas da escola.

Pimenta (2000) destaca que a formação permanente é entendida como ressignificação da identidade do professor, porque ele trabalha com o conhecimento em uma sociedade multimídia, globalizada, multicultural, cujos estudantes estão em permanente processo de transformação cultural, de valores, interesses e necessidade.

13 DIAGNÓSTICO

No diagnóstico realizou-se uma análise mais específica sobre a realidade escolar atual. Contudo, ele vai além dos limites estreitos de um levantamento de dados e informações referentes à realidade escolar. Pode-se dizer que o diagnóstico situa a distância do nosso ponto de partida (a realidade que temos) ao ponto de chegada (a realidade que queremos).

Durante a análise da realidade escolar e da construção do PPP é preciso identificar fragilidades e potencialidades da escola. A definição de objetivos e metas deve resultar da identificação das necessidades e expectativas da comunidade escolar em correlação com a observação dos diferentes aspectos da realidade escolar. O PPP é um canal para exercício da autonomia pedagógica visando conferir identidade institucional como fruto da reflexão e ação coletiva.

Vasconcellos (1997) também esclarece que o diagnóstico não é um simples retrato da realidade ou um mero levantamento de dificuldades. Para ele o diagnóstico é, “antes de tudo, um olhar atento à realidade para identificar as necessidades radicais, e/ou o confronto entre a situação que desejamos viver para chegar a essas necessidades” (VASCONCELLOS, 1997, p. 190).

Os dados que compõem o diagnóstico foram construídos a partir de pesquisas realizadas através de questionários, sendo este um instrumento importante de percepções e contribuições para a escola, numa perspectiva de avaliação formativa que possibilita condições para o aprimoramento do trabalho realizado na escola.

Neste primeiro momento tentou-se identificar e compreender “a escola que temos”, observando os aspectos positivos e estabelecendo estratégias para que estes aspectos

continuem de forma positiva e que ainda possam estar melhorando cada vez mais. Identificou-se que a escola é um ambiente acolhedor, agradável, organizado, um espaço de aprendizado e bem-estar. Uma escola que possui uma boa estrutura, com excelentes profissionais, comprometidos com a educação e engajados em com o processo de ensino aprendizagem e com a formação integral do estudante. Um espaço que tem por objetivo promover não somente a aprendizagem de conteúdos, mas também um espaço de vivências e trocas entre toda a comunidade escolar. A equipe de profissionais é muito boa, positiva, com respeito mútuo e com um ambiente harmonioso. A participação e o envolvimento da família na escola são comprometidos e participativos. A metodologia de trabalho adotada pelos profissionais, onde consideram importantes integrar metodologias ativas e o ensino tradicional, sendo flexível de acordo com as características dos estudantes, do conteúdo em questão e do andamento do processo de ensino-aprendizagem, explorando todas as ferramentas pedagógicas que a escola oferece. Trabalhar através de situações problema, estudo de caso, investigação, resolução de problemas. Ainda acredita-se que na Educação Infantil e Anos Iniciais a metodologia adequada seria através de projetos, considerando o interesse do estudante adequando ao currículo e dia a dia de trabalho. O grupo considera que essas metodologias são ferramentas novas e positivas no planejamento diário. Os profissionais costumam integrar um pouco de cada uma em seu planejamento, tornando-o flexível e esquematizado de acordo com a turma, estudantes e contexto, tornando de forma interdisciplinar o planejamento.

No segundo momento identificou-se “a escola que queremos”, observando os aspectos negativos e estabelecendo estratégias para que esses aspectos possam ser melhorados. Identificou-se que seria necessário um espaço para os alunos exporem seus trabalhos para que a comunidade escolar possa apreciá-los. Ainda pensando em alguns espaços para melhorar o trabalho de alguns profissionais, como a construção de salas implantando a sala de artes, música e laboratório de ciências. Percebe-se a falta de alguns materiais didáticos para a área da matemática, como réguas, compassos, transferidores que possam ser usados no quadro. Levando em consideração a biblioteca um espaço de grande importância, ressaltam a necessidade de um ambiente mais atrativo, organizado e com a necessidade de ter disponível uma bibliotecária diariamente nos dois turnos em que a escola atende, além de ter um sistema de informatização sobre os livros que o espaço possui como também a digitalização de alguns exemplares. Em relação ao acesso de algumas informações importantes sobre os alunos, percebe-se a necessidade de pastas com registros, anamneses, podendo ser físicas ou virtuais, dos alunos de inclusão, assim como dos que apresentam dificuldades, inclusive de alunos que

reprovam, obtendo a descrição do motivo da reprovação, das dificuldades, para consultas sempre que necessário e também para os próximos anos os professores conhecerem e entenderem um pouco mais os seus estudantes. Levando em consideração que a escola possui turmas de educação infantil, ressalta-se a importância de um espaço externo mais amplo e atrativo para que as crianças tenham mais opção para explorá-los.

Em relação aos índices do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) percebe-se que houve melhoras, principalmente nos anos iniciais, mas que ainda podem ser melhores. Acredita-se que nos anos iniciais seja mais fácil obter bons resultados, pois a proximidade do professor titular e estudante possibilita um trabalho mais próximo facilitando assim melhores resultados. Já nos anos finais é o que mais preocupa, pois os alunos possuem diversos professores e um tempo menor de aula com estes, o que dificulta a proximidade dos mesmos. Pensando em possibilidades para que consigam elevar esses índices nos anos finais, destaca-se a importância de conscientizar os estudantes sobre a importância dessa avaliação, propondo atividades, avaliações do mesmo gênero para que se familiarizem com o instrumento avaliativo.

Outro aspecto que proporcionou a reflexão do grupo refere-se aos dados de reprovação dos alunos. Acredita-se que seja necessário oferecer maior suporte aos estudantes com maiores dificuldades ao longo do ano, propondo aulas de reforço, sendo que estas deveriam ser obrigatórias para os estudantes que mais necessitam, ainda informando seus responsáveis sobre a situação com mais frequência, antes que a situação se agrave. O que também poderá ser de grande valia seria rever a transição dos anos iniciais para os anos finais, principalmente em relação aos 5º e 6º anos, pois os estudantes passam a ter diversos professores de acordo com a área de atuação de cada um e não mais um só um professor titular, como também troca de conversas com os profissionais que atuam nos anos finais, relatando possíveis dificuldades dos estudantes.

14 PLANO DE AÇÃO

METAS (O QUE FAZER?)	JUSTIFICATIVA (POR QUE FAZER?)	ESTRATÉGIAS (QUEM VAI FAZER?)	RESPONSÁVEIS (QUEM VAI FAZER?)	PERÍODO (QUANDO?)	RECURSOS MATERIAIS (COM O QUE FAZER?)
Adaptação dos banheiros para cadeirantes e/ou elevador para acesso ao segundo andar (onde já possui banheiro adaptado)	Para o melhor atendimento - acesso a alunos cadeirantes	Engenheiro da prefeitura	Prefeitura municipal	Decorrer do ano	Recursos municipais
Higiene constante do transporte escolar	Prevenção ao Covid e por questões de higiene que interferem na saúde das pessoas, ocasionado outras doenças como rinite, sinusite...	Servidores municipais	Servidores municipais	Diariamente	Recursos municipais
Hora da leitura	Despertar o interesse pela escuta e leitura, fortalecendo os aspectos socioemocionais e o desenvolvimento integral da criança promovendo momentos de qualidade destinados à leitura.	Durante um período por semana realizar um momento de leitura, onde toda escola para no mesmo horário para ler.	Professor que estiver em sala naquele determinado período.	Semanalmente	Livros da biblioteca
Contratação de um profissional que fique responsável diariamente (única e exclusivamente pela biblioteca)	A biblioteca é um espaço que ressalta a importância da leitura e do conhecimento, pois através dos livros as crianças despertam seus interesses pessoais. No momento ela encontra-se bem desorganizada e isso interfere no trabalho pedagógico e no	Contratação por processo seletivo, CIEE, entre outros.	Prefeitura municipal	Seria interessante num prazo curto de tempo (1 mês)	Recursos municipais.

	interesse pela leitura.				
As ações do Programa de Aceleração de Estudos consistem na reorganização da Proposta Pedagógica e do trabalho docente, tendo em vista a organização de turmas específicas de alunos em situação de distorção idade/ano, respeitando os anos de matrícula desses estudantes, situação prevista na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394/96, no capítulo referente à Educação Básica, essencialmente em seu art. 24, inciso V, alínea “b” possibilita a “aceleração de estudos para estudantes com atraso escolar”, visando aperfeiçoar o processo de utilização de recursos e materiais pedagógicos existentes na escola, assim como diversificar os encaminhamentos metodológicos realizados pelos professores dessas turmas.	A proposta tem como justificativa corrigir a distorção idade/ano dos alunos que estão cursando os anos finais do Ensino Fundamental, assim como garantir qualidade no processo de ensino-aprendizagem das turmas de aceleração de estudos.	São considerados alunos com defasagem idade/ano, pelo programa, aqueles que ultrapassaram em dois anos ou mais a idade regular prevista para o ano em que estão matriculados.	Um professor por área do conhecimento.	As turmas do Programa são compostas por no máximo 15 alunos, a serem ofertadas em dois níveis, sendo a turma I para alunos matriculados no 6.º e 7º ano do Ensino Fundamental, e a turma II para alunos matriculados no 8º ano do Ensino Fundamental. Os alunos participantes das turmas de aceleração de estudos poderão, ao final do ano letivo, acelerar até dois anos de estudos, ou seja, os alunos do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental poderão ser reclassificados para o 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, e os alunos do 8º ano do Ensino Fundamental, poderão ser reclassificados para a 1ª série do Ensino Médio.	Recursos humanos. Recursos do APM para aquisição de eventuais materiais necessários para a aula.
Aquisição de uma área de terras para ampliação da escola	Como o espaço escolar está ficando cada vez mais enxuto diante do aumento de matrículas ano após ano, vê-se a necessidade da aquisição de uma área de terras anexas ao lote atual para futura ampliação da escola.	Executivo Municipal e SMECD	Executivo Municipal e SMECD	Assim que possível por parte do vendedor	Recursos próprios do município

Ampliação da EMEF São José	Como o espaço escolar está ficando cada vez mais enxuto diante do aumento de matrículas ano após ano, vê-se a necessidade da ampliação da escola através de mais um prédio.	Executivo Municipal, SMECD e Setor de Arquitetura e Engenharia da Prefeitura Municipal	Executivo Municipal, SMECD e Setor de Arquitetura e Engenharia da Prefeitura Municipal	Assim que for adquirida uma área de terras para a construção	Recursos próprios do município
Diminuir a taxa de reprovação, consequentemente de evasão, dando atendimento e atenção aos anos e disciplinas mais críticas.	A taxa de reprovação é alta no nosso município nos anos finais, o intuito é diminuí-la a fim de elevar os índices do IDEB, já que reprovação é um dos fatores que o rege e, por consequência, melhorar a qualidade de ensino da escola.	Equipe pedagógica: orientar os professores para o alinhamento entre suas práticas docentes e os objetivos e metas da escola, prestando assistência sempre que necessário e orientando professores dos 9º anos quanto a prova Brasil; Professores e equipe; Reavaliar e, se necessário, aprimorar as práticas pedagógicas da escola (ensino e aprendizagem); Oferecer um sistema eficiente de recuperação, com revisão/reforço de conteúdos, se necessário, para o(s) aluno(s) que não tenha(m) obtido bom desempenho; Usar as avaliações e o cotidiano de sala de aula para diagnosticar as possíveis dificuldades e motivos de baixo desempenho, elencando o que precisa ser melhorado pelo aluno, para nortear o seu processo de aprendizagem mais precisamente; Reforçar	Trabalho em conjunto: Equipe diretiva e pedagógica, professores, pais e alunos.	As recuperações são feitas ao fim de cada trimestre e o professor tendo em vista a dificuldade do aluno durante esse período (em avaliações e outras atividades em aula), faz um acompanhamento, indicando atividades extra e/ou encaminhando-o para aulas de reforço.	Recursos humanos

		ainda mais entre os alunos a importância dos estudos e da responsabilidade de cada um no seu histórico escolar, motivando-os e buscando o apoio das famílias nesse processo.			
Pintura da escola	A escola deve ser um lugar agradável. Mantê-la limpa e com a pintura em dia demonstra acolhimento e higiene.	Administração	Equipe de pintores	Período de férias escolares	Verba destinada a obras na educação.
Renovação da mobília das salas de aula por etapas	Com o passar dos anos a mobília foi se desgastando e há a necessidade de ser trocada.	Administração	Administração (licitação)	Assim que houver verba para esse investimento	Verba destinada a aquisição de material permanente da escola.
Sofás para sala dos professores	Alguns professores passam o dia inteiro na escola. Seria interessante ter um lugar onde pudessem descansar um pouco.	Administração CPM CME	Administração CPM CME	A qualquer momento	Doação
Área coberta entre o escovódromo e o ginásio	Em dias de chuva os alunos costumam molhar-se quando escovam os dentes.	Administração	Administração (licitação)	Antes do início do período chuvoso	Verba destinada a obras na educação.
Informatização do acervo da biblioteca da escola	Para uma melhor organização da biblioteca e evitar o excesso de papel.	TI	TI juntamente com a bibliotecária	O quanto antes para organizar o setor	Adquirindo um sistema público e gratuito para o mesmo
Tornar a biblioteca um lugar mais agradável com almofadas cantinho de leitura	Incentivar a Leitura fazer horas do conto	Administração CPM CME	Administração CPM CME	A qualquer momento	Verba publica e doações
Construir modalidades de organização didática pedagógica que favoreça a reflexão das	Melhorar a qualidade do ensino, a prática docente e consequentemente os	Palestra para os profissionais; Vídeos informativos; Ações comunitárias; Reuniões e ou	A equipe de profissionais da educação e também os	Segundo semestre	Profissionais da própria equipe da educação;

práticas docente numa perspectiva de melhores resultados no ensino dos alunos, tanto na pratica quanto nas avaliações e aprendizagem dos alunos, obtendo também melhores índices e reduzindo a quantidade de alunos abaixo das notas medias.	resultados da aprendizagem dos alunos.	encontros entre os profissionais.	alunos que só tendem a ganhar com ensino ainda mais qualificado.		Computadores; Materiais pedagógicos como livros que possam aprimorar.
Construção de salas temáticas	Para proporcionar aos alunos os recursos necessários para um bom aprendizado através das salas temáticas.	Ver a viabilidade desta proposta se concretizar reunindo os profissionais responsáveis.	Secretaria da educação, direção, professores de música.	Todo ano letivo	Salas temáticas

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jurandir de Almeida; GIUGLIANI, Beatriz. Por uma educação das relações étnico-raciais. **Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas, v.3, n.1, p. 1-21, 2014.

BEYER, Hugo Otto. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto. **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006. p.73-82.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: MEC, UNESCO, 2018a. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>. Acesso em: 2 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 17 fev. 2021.

CARVALHO, Rosita Elder. Educação inclusiva: do que estamos falando? **Revista Educação Especial**, n. 26, p.1-7, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/issue/view/219/showToc>. Acesso em: 02 mar. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários para prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e contrapontos**: do pensar ao agir em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e estados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acesso em: 08 jul. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

NAÇÕES UNIDAS (BRASIL). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 13 out. 2021.

NATEL, Maria Cristina; TARCIA, Rita Maria Lino de; SIGULEM, Daniel. A aprendizagem humana: cada pessoa com seu estilo. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 30, n. 92, p. 142-148, 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862013000200008. Acesso em: 06 abr. 2021.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: _____. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2000. p.15-34.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Estado do Educação. **Referencial Curricular Gaúcho**: Ciências da Natureza. V.1. Porto Alegre: Departamento Pedagógico, 2018a.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Estado do Educação. **Referencial Curricular Gaúcho**: Ensino Religioso. V.1. Porto Alegre: Departamento Pedagógico, 2018b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Prática do racismo e formação de professores. In: DAYRELL, Juarez (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996. p. 168-178.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VASCONCELOS, Celso dos santos. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Cortez, 1997.

VENTILES, Iolanda A. Avaliação numa proposta de educação inclusiva. *In*: ALTAFINI, Magda (org.). **Ensinar na diversidade**: um desafio de todos os educadores. São Leopoldo: Estação Gráfica, 2007.